

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO RIO GRANDE DO NORTE

JOENTINA FIRMINA RODRIGUES

**HISTÓRIA DAS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTÍNUA EM SERVIÇO DE
DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SENAC/RN (1950-2010)**

NATAL

2022

JOVENTINA FIRMINA RODRIGUES

**HISTÓRIA DAS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTÍNUA EM SERVIÇO DE
DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SENAC/RN (1950-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa História, Memória e Historiografia da Educação Profissional.

Orientador: Prof. Dr. José Mateus do Nascimento

NATAL

2022

Catálogo da Publicação na Fonte

Rodrigues, Joentina Firmina.

História das práticas de formação contínua em serviço de docentes para a educação profissional no SENAC/ RN (1950-2010) / Joentina Firmina Rodrigues. - 2022.

84 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional. Natal, RN, 2022.

Orientador: Prof. Dr. José Mateus do Nascimento.

1. Educação Profissional - Dissertação. 2. Formação contínua – Docente - Dissertação. 3. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/RN) - Dissertação. I. Nascimento, José Mateus. II. Título.

CDU 377.8(043.3)

JOVENTINA FIRMINA RODRIGUES

**HISTÓRIA DAS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTÍNUA EM SERVIÇO DE
DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SENAC/RN (1950-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa História, Memória e Historiografia da Educação Profissional.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado em 17/02/2022, pela seguinte Banca Examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Mateus
José Mateus do Nascimento, Dr. – Presidente
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande

Francisco Carlos Oliveira de Sousa
Francisco Carlos Oliveira de Sousa, Dr. – Examinador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Márcio Adriano de Azevedo
Márcio Adriano de Azevedo, Dr. – Examinador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Ana Zélia Maria Moreira
Ana Zélia Maria Moreira, Dra. – Examinadora
Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy

Marlúcia
Marlúcia Menezes de Paiva, Dra. – Examinadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Dedico este trabalho a Deus pelo dom da vida!

Aos meus ancestrais.

A meu pai Luís Firmino Rodrigues (*in memoriam*) com afeto.

A minha mãe Mônica Pereira da Cruz por seus ensinamentos e cuidado com os seus e os outros.

Aos meus irmãos, irmãs, sobrinhos, sobrinhas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder forças e discernimento para enfrentar os desafios da vida.

Ao Instituto Federal do Rio Grande do Norte e ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP), por propiciar aos trabalhadores (as), filhos (as) de pais agricultores, lavadeiras, pequenos comerciantes o acesso ao mestrado proporcionando assim a inclusão e a elevação da escolaridade.

Ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, instituição onde atuei e realizei minha pesquisa.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Mateus do Nascimento, pela confiança, atenção, paciência e segurança transmitidas em suas palavras.

Aos professores participantes da banca examinadora Marlúcia Paiva, Ana Zélia, Francisco Carlos, Márcio Azevedo pela leitura e valiosas contribuições para que nossa pesquisa seja cada vez mais aprimorada e servirão para um futuro projeto de doutoramento.

Ao professor Flávio José Oliveira pela leitura e contribuições ao nosso trabalho.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP-IFRN), pelas diversas contribuições que recebi ao longo do curso.

Às colegas do Departamento Nacional pelo atendimento acolhedor e cuidado em disponibilizar os documentos, de modo especial Jacymara Assumpção Amorim e as estagiárias Sabrina Diana e Thaylliany da Silva.

À Profª Maria do Socorro da Silva e aos graduandos do curso de Licenciatura em Geografia, do IFRN Campus Central Natal, pela acolhida no estágio da docência assistida.

Em nome de Antônio Max Ferreira da Costa, saúdo todos os colegas do Mestrado e Doutorado da turma 2019 do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP-IFRN) por compartilhar conhecimentos e amizade.

A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer.

(FREIRE, 1999, p. 43)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo de pesquisa reconstituir a história das práticas de formação contínua em serviço para os docentes do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), do Rio Grande do Norte, no período de 1950 a 2010, tendo como objetivos específicos: compreender o percurso histórico do Senac/RN no contexto da educação profissional brasileira; identificar as práticas de formação contínua em serviço para os docentes na educação profissional do Senac/RN; analisar como essas práticas de formação docente foram institucionalizadas pelo Senac/RN. Este estudo adota o seguinte aporte teórico: no que concerne à temática de história, memória e fontes, Michel de Certeau (2006) e Jacques Le Goff (1990); quanto à educação profissional e à história da educação profissional, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos (2005), Sílvia Manfredi (2002), Dante Moura (2010; 2014) e Luiz Antônio Cunha (2005); quanto à formação docente e à formação docente para educação profissional, Sílvia Manfredi (2002), Dante Moura (2014), Lucília Machado (2008) e Acácia Kuenzer (2011). O desenvolvimento da pesquisa partiu de levantamento bibliográfico, seguido de pesquisa documental realizada nos arquivos do Departamento Nacional e Departamento Regional do Senac. Os documentos em que este trabalho se baseia são: o Correio Senac; o Boletim Técnico do Senac; os Relatórios do Senac/RN; e os Relatórios do Senac/DN. A Análise Textual Discursiva foi utilizada como método de análise documental. Esta pesquisa permitiu concluir que, durante a história da educação profissional do Senac/RN, as práticas de formação docente ocorreram de maneira contínua e em serviço e se caracterizaram por diferentes tipologias: inédita, periódica e ampliadas/perenes.

Palavras-chave: Educação Profissional. Senac. Formação Docente. Formação Contínua em Serviço. Práticas de Formação Docente em Serviço.

ABSTRACT

This dissertation aims to reconstruct the history of in-service training practices for teachers of the National Service for Commercial Learning (SENAC) of Rio Grande do Norte from 1950 to 2010, having as specific goals: to comprehend the Senac/RN's historical path in the context of the Brazilian professional education; to identify in-service training practices for teachers in the Senac/RN's professional education; to analyse how these teacher training practices were institutionalized by the Senac/RN. This study adopts the following theoretical framework: regarding history, memory and sources, Michel de Certeau (2006) and Jacques Le Goff (1990); about professional education and history of the professional education, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos (2005), Sílvia Manfredi (2002), Dante Moura (2010; 2014), and Luiz Antônio Cunha (2005); about teacher training and teacher training for professional education, Sílvia Manfredi (2002), Dante Moura (2014), Lucília Machado (2008), and Acácia Kuenzer (2011). The research started by a bibliographic survey before carrying documental research in the archives of the National Department and the Regional Department of the Senac. The documents on which this study is based on are: Correio Senac; Senac Technical Bulletin; Senac/RN Reports; and Senac/DN Reports. The Discursive Textual Analysis was applied as the method of document analysis. This research has allowed the conclusion that, during the history of the Senac/RN's professional education, teacher training practices happened continuously and in-service and were characterized by different typologies: unprecedented, periodic, and expanded/perennial.

Keywords: Professional Education. Senac. Teacher Training. In-Service Continuous Training. In-Service Teacher Training Practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto de autoridades que assinaram a Carta da Paz Social	23
Figura 2 - Laboratório com máquinas datilografia manual	31
Figura 3 - Laboratório de Informática	32
Figura 4 - Distribuição das Unidades Senac no RN	34
Figura 5 - Organograma do Senac/RN	35
Figura 6 - Acervo com Relatórios dos Departamentos Regionais do Senac	49
Figura 7 - Síntese das Práticas Formativas	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura Organizacional Senac	25
Quadro 2 - Eixo Tecnológico e sua natureza tecnológica.....	38
Quadro 3 - Evidências das Práticas de Formação Inéditas no Correio do Senac	61
Quadro 4 - Evidências das Práticas de Formação Periódicas nos Relatórios do Senac/RN.....	62
Quadro 5 - Evidências das Práticas de formação Inéditas nos Relatórios do Senac/RN.....	64
Quadro 6 - Evidências das Práticas de Formação Periódicas nos Boletins Técnicos do Senac	66
Quadro 7 - Evidências das Práticas de formação Ampliadas/Perenes nos Relatórios do Senac DN	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Trabalhos encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	44
Tabela 2 - Trabalhos encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, descritores com aspas.....	44
Tabela 3 - Produções acadêmicas analisadas com os descritores “Formação Docente em Educação Profissional”, “Formação Profissional no Sistema S”, ano e sua tipologia	45
Tabela 4 - Número de documentos pesquisados nos periódicos.....	51
Tabela 5 - Dados de atendimentos de alunos período 1950 a 2010 do Senac/RN	55
Tabela 6 - Quantidade de docentes por ano no Senac/RN.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AN	Administração Nacional
AR	Administração Regional
ATD	Análise Textual Discursiva
BTS	Boletim Técnico do Senac
CAPES	Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDI	Centro Experimental de Difusão da Informática
CF	Conselho Fiscal
CGU	Controladoria Geral da União
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CN	Conselho Nacional
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CR	Conselho Regional
DEP	Diretoria de Educação Profissional
DFP	Diretoria de Formação Profissional
DN	Departamento Nacional
DR	Departamento Regional
EAD	Educação a Distância
FECOMÉRCIO/RN	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte
FIC	Formação Inicial e Continuada
IPDC	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio
PIPMO	Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra
PLANFOR	Plano Nacional de Formação Profissional
PPGEP	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional

PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSG	Programa Senac de Gratuidade
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
SISTEC	Sistema Nacional de Informações de Educação Profissional e Tecnológica
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DO SENAC	21
2.1	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SENAC NACIONAL	25
2.2	MARCOS HISTÓRICOS DO SENAC NO BRASIL	26
2.3	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SENAC NO RIO GRANDE DO NORTE	28
3	PERCURSO METODOLÓGICO: SOBRE OS CAMINHOS DA PESQUISA	41
3.1	ESTADO DO CONHECIMENTO	43
3.2	PESQUISA NO ARQUIVO DO SENAC DEPARTAMENTO NACIONAL	47
3.3	SELEÇÃO DOS DOCUMENTOS, UNITARIZAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO	51
4	ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE NO SENAC/RN	55
4.1	CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO EM SERVIÇO DE DOCENTES DO SENAC	59
4.2	ANÁLISE DOCUMENTAL E AS EVIDÊNCIAS DAS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTES – SENAC/RN	60
4.2.1	As práticas de formação inéditas no Correio do Senac	60
4.2.2	As práticas de formação periódicas e das práticas de formação inéditas nos Relatórios do Senac/RN	62
4.2.3	As práticas de formação periódicas no Boletim Técnico do Senac	65
4.2.4	As práticas de formação Ampliadas/Perenes nos Relatórios do Senac/DN	70
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
	REFERÊNCIAS	78

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa resulta de um fazer investigativo, que encontra na história da educação seu suporte de análise, no sentido de possibilitar a construção de uma análise sobre o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Departamento Regional do Rio Grande do Norte (DR/RN), no que se refere à formação de docentes, que o Senac vem ofertando, por sete décadas aos professores que atuaram e/ou atuam na execução das programações educacionais ministradas pela Instituição.

Por esse motivo, a natureza do trabalho mergulha no universo do pensamento da historiografia da educação, enfatizando o campo da Educação Profissional e suas práticas. Alicerçamos a pesquisa nas ideias do historiador Le Goff (1990), na obra “História e Memória”, na qual ele defende que a História não deve ser entendida como ciência do passado, mas como a “[...] ciência da mutação e da explicação dessa mudança” (LE GOFF, 1990, p. 15). Nessa mesma obra, o autor também discorre sobre os conceitos centrais do nosso trabalho como história, memória e fontes.

Le Goff (1990), discutindo outros estudiosos, coloca em xeque a distinção entre memória específica, memória étnica e memória artificial, situando-as no campo específico da história da humanidade. Assim,

[...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, [...] não é somente uma conquista, mas um instrumento de poder (LE GOFF, 1990, p. 476).

Respaldados nesses estudos, procuramos reconstituir a história da formação de docentes no Senac, no período de 1950 a 2010. Tomamos como marcos históricos deste período a década posterior à instalação do Senac no RN e a década de oferta do curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional¹. Sabemos que, ao longo da história da Educação Profissional no Senac, ocorreram práticas para o aperfeiçoamento do quadro docente que atuou na vasta programação de cursos de formação profissional para o mundo do trabalho. Essas informações são passíveis de comprovação através de constantes buscas às fontes documentais e arquivísticas presentes nos diversos materiais de trabalho da própria instituição.

¹ O recorte temporal, a data de 1950 é a década em que localizamos registro das primeiras práticas formativas docentes, no entanto trazemos informações de 1946, ano de criação do Senac e a oferta do curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, no ano de 2010.

As fontes são, assim, materiais de grande valia para o pesquisador que, ao adentrar nos arquivos da instituição, encontra os documentos que podem fornecer pistas para as diversas interpretações do passado. Le Goff (1990, p. 547-548) foi um importante baluarte nesse campo, quando enfatiza que:

[...] O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção.

Assim, cabe ao pesquisador selecionar suas fontes documentais para fazer valer as falas, as lacunas e dar voz aos silêncios da história que podem preencher espaços do vazio perdido no tempo. Neste sentido, Le Goff se preocupou acerca da dependência da história do passado em relação ao presente, quando afirma que a história é inevitável e legítima, na medida em que o passado não deixa de viver e de se tornar presente.

Os cursos de formação docente no âmbito do Senac/RN estão presentes em práticas – atividades distintas ou atividades cotidianas – desenvolvidas pela instituição desde meados do século XX, porém essa história carece de ser sistematizada, como parte fundante da identidade dessa instituição de Educação Profissional. Tratamos aqui de práticas que estão dispersas em documentos dispostos nos arquivos do Senac/RN e do Senac Departamento Nacional. Portanto, é possível admitir que, neste trabalho de pesquisa, estamos diante de uma história da formação docente para Educação Profissional pouco escrita e divulgada. Este fato será exposto no percurso metodológico deste trabalho.

Os objetivos de investigação no presente trabalho foram traçados em conformidade com a problemática enunciada como também a estrutura planejada para o *corpus* da nossa dissertação. Como objetivo geral, buscamos reconstituir a história das práticas de formação contínua em serviço para docentes do Senac/RN, no período de 1950 a 2010; e em específico, pretendemos compreender o percurso histórico do Senac/RN no contexto da educação profissional brasileira; identificar as práticas de formação contínua em serviço para os docentes na Educação Profissional do Senac/RN; analisar como essas práticas de formação docente foram institucionalizadas pelo Senac/RN.

O nosso interesse em estudar a história da formação de docentes, no que diz respeito às práticas pedagógicas adotadas pelo Senac/RN durante os seus mais de 70 anos de existência no campo da Educação Profissional, justifica-se pelo fato de reconhecer que o tema é de grande

relevância para a reconstituição histórica da Instituição, pois traz à tona parte da trajetória da Educação Profissional no contexto social, político e econômico do Rio Grande do Norte.

Incluímos também, o aspecto de interesse pessoal de uma estudante oriunda da escola pública em todos os níveis de ensino, com o Ensino de 2º Grau no curso de Auxiliar de Escritório; também interesse profissional da autora, cuja trajetória no Senac/RN teve início em junho/1994 e encerrou em dezembro/2019, atuando como Supervisora Pedagógica, cuja função colocava-se diante de desafios impostos pelo mundo do trabalho e incorporados pelo próprio Senac ao longo da sua existência. Quanto à relevância social, vale considerar a importância de um estudo sobre educação profissional no âmbito de instituições particulares de Educação Profissional. A relevância acadêmica refere-se às contribuições de estudos na Linha de Pesquisa História, Memória e Historiografia da Educação Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal do Rio Grande do Norte.

Ainda julgamos significativo a explicitação de informações de natureza experiencial da pesquisadora, com o objetivo de dar-se a conhecer a sua trajetória de vida e as implicações nas oportunidades e escolhas pessoais, profissionais e acadêmicas. Segue-se a narrativa nas próximas linhas.

Em meados de 1986, nossas funções profissionais concentravam-se em uma loja de materiais de construção, exercendo a função de Auxiliar de Escritório, quando obtivemos aprovação no vestibular com ingresso no Curso de Pedagogia – Licenciatura Plena com Habilitação em Administração Escolar, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Campus Avançado de Currais Novos. Nesta cidade, naquela época, tivemos a oportunidade de participar do movimento estudantil na luta por uma sociedade justa e igualitária.

Em 1991, obtivemos aprovação para cursar a Especialização em Pesquisa Educacional, com carga horária de 720h, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal/RN. O trabalho final teve por título: *O Planejamento Curricular na Perspectiva do Aluno Trabalhador: um estudo de caso*.

Nossa transferência de Currais Novos à capital do Estado ocorreu no ano de 1994, após participação no processo seletivo, que resultou em classificação para atuar no Senac em Natal, por meio de contrato permanente de 40 horas semanais, como Pedagoga das Unidades Móveis e da Educação a Distância. Tais Unidades Móveis do Senac/RN funcionavam em espaços cedidos por prefeituras, escolas, igrejas, nas periferias da capital e no interior do Estado, para a realização de cursos, como: datilografia em máquina manual, técnicas de garçom, técnicas de corte de cabelos. O nosso papel, além do planejamento com o instrutor, era fazer a abertura das turmas, informando os aspectos pedagógicos e administrativos dos cursos para os alunos.

Vale destacar, no que diz respeito a EAD, que, nesse período, a Instituição trabalhava com materiais impressos e contava com uma equipe de seis tutores que eram responsáveis pelo acompanhamento dos alunos, uma coordenação pedagógica e um apoio administrativo. A abrangência era estadual e o aluno fazia a matrícula no local indicado pelo Senac e mais próximo da sua cidade e no local.

No ano 2000, a Direção Regional optou por encerrar as atividades da EAD no Senac/RN. Diante desta situação, houve o nosso remanejamento para a equipe da Diretoria de Formação Profissional (DFP), onde ficamos responsáveis pelas áreas de Saúde, Imagem Pessoal e Turismo.

Paralelamente a essas atividades, o Senac/RN investia na formação contínua em serviço dos seus colaboradores, inclusos os docentes. Entre as várias capacitações em que nos envolvemos, destacamos as especializações. Em 2006, tivemos a oportunidade de cursar a Especialização em Educação a Distância, com 360h, pela modalidade EAD, no Senac/PB. O trabalho final teve por título *Atualização do Trabalho do Coordenador/Supervisor Pedagógico do SENAC/RN na Modalidade EAD*; em 2010, fizemos a Especialização em Gestão Estratégica, de 360h, na UFRN. O trabalho apresentado foi intitulado *Gestão em EAD: a afetividade na visão de tutores e alunos*. No ano de 2012, mais uma Especialização em Gestão Escolar, com 360h, no Senac/RN, pela modalidade EAD. O título do trabalho final foi *Da Escola Que Temos Para a Escola Que Queremos*.

Em síntese, tivemos a oportunidade de participar das três especializações dentre outras formações contínuas em serviço, promovidas pela Instituição, tais como, viagens técnicas para o Rio de Janeiro/RJ; Recife/PE; São Paulo/SP; Santa Catarina/SC; Salvador/BA, além da participação em congressos como o Internacional de Tecnologia na Educação (2007, 2012) e o Internacional ABED de Educação a Distância (2013, 2014, 2015), que contribuíram para o nosso crescimento pessoal e profissional, por meio do convívio com a realidade de outros profissionais participantes. Ainda, destacamos, como ponto positivo de nossa trajetória profissional, a atualização dos conhecimentos úteis para o exercício da função exigida. E como pontos negativos, a falta de valorização financeira e a realização dos cursos de qualificação durante o horário de expediente, o que ocasionava prejuízo na participação plena das atividades.

Esse itinerário formativo somente foi possível, porque, durante este período, a partir de 2010, o Senac/RN fez adesão ao Centro Nacional de Educação a Distância – Departamento Nacional do Senac – para a oferta de cursos de Pós-Graduação *lato sensu* a distância, sendo o público alvo os portadores de diploma de graduação. Para tanto, criou o Polo de apoio presencial, oferecendo os cursos de Especialização em Educação a Distância, Artes Visuais,

Docência para a Educação Profissional, Educação Ambiental e Gestão Escolar. Assim, nesse momento, retornamos à coordenação do Polo.

É oportuno lembrar que os materiais dos cursos eram produzidos pelo Departamento Nacional (DN) e competia ao Senac/RN definir os cursos a serem ofertados e a contratação dos tutores para o acompanhamento dos alunos.

Mediante processo de reestruturação institucional, no ano de 2013, o Senac/DN criou e implantou a Rede Nacional de Educação a Distância Senac (Rede EAD Senac) com uma programação de cursos para atender da Formação Inicial e Continuada (FIC) aos cursos de Nível Superior. A Rede EAD Senac composta por Polos, sendo em quatro nos Departamentos Regionais (DRs), nas capitais Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre e São Paulo, os quais passaram a ser denominados Polo Sede, por concentrarem as atividades de criação a execução, pagamento dos profissionais responsáveis pela elaboração e acompanhamento dos alunos, emissão dos certificados e/ou diplomas, dos cursos ofertados nos demais polos espalhados por todo o Brasil. O DR Sede Paraná e Santa Catarina ficaram responsáveis pelos Cursos Livres², o Rio Grande do Sul pelos Cursos Técnicos e São Paulo pelos cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão.

Foi quando ocorreu a nossa nomeação para coordenar a Rede EAD Senac no RN de modo a atender às demandas dos DRs Sede, considerando-se também a realidade local com suas peculiaridades. Por decisões administrativas como essa relatada, a nossa atuação na Rede EAD no Senac foi marcada por idas e vindas na função de coordenação. Logo, o nosso interesse pelo objeto de estudo decorre da vivência em várias formações proporcionadas pela Instituição, em alguns momentos como participante, em outros como coordenadora.

Essa reconstituição histórica da trajetória profissional da pesquisadora, em alguns instantes, entrelaça-se com parte da historiografia do Senac ainda disposta no acervo de documentos preservados em arquivos do Departamento Nacional e nas unidades regionais presentes nos 26 estados e Distrito Federal. Para identificar o conjunto de práticas de formação docente em serviço desenvolvido pela instituição durante as fases de sua existência, foi necessário o diálogo com os arquivos, o que viabilizou a realização da presente pesquisa documental.

² Cursos de livre oferta destinados as pessoas em geral, sendo a matrícula condicionada a capacidade de aproveitamento, independente do nível de escolaridade do participante. Estes cursos no Senac são caracterizados como programas Socioprofissional – direciona para atividades geradoras de renda; Sociocultural – visa o aprimoramento pessoal ou favorece o exercício da cidadania; Instrumental – desenvolve competências ou agrega conhecimento para o exercício profissional, supri carências da educação básica (SENAC, 2014).

Para o trabalho de análise dos documentos inventariados, adotamos o método Análise Textual Discursiva (ATD), que, segundo Moraes e Galiazzi (2016), é um processo auto-organizado de produção de novas compreensões em relação aos fenômenos que se examina. Esse método é concebido a partir de dois movimentos opostos, sendo primeiro de desconstrução, ou seja, da análise propriamente dita e o segundo é a reconstrução em um movimento de síntese. A atividade de análise foi mediada pelos processos de unitarização, categorização e textualização das informações presentes nos documentos investigados. Essa operação resultou nas unidades de sentido aglutinadas nas categorias práticas de formação inéditas, práticas de formação periódicas e práticas de formação ampliadas/perenes.

Com a intenção de sistematizar os resultados de nossas análises, este trabalho foi estruturado em quatro seções perpassadas pelo referencial teórico que ancoraram a presente dissertação. A primeira seção é composta pela introdução, apresentando de forma geral o objeto, os objetivos e a pesquisadora.

A segunda seção intitulada – **Contextualização da História da Criação do Senac** – tem por objetivo compreender o percurso histórico da instituição em âmbito nacional e regional que necessitávamos conhecer e está estruturada em três subseções: 1) Estrutura organizacional do Senac Nacional, na qual apresentaremos a natureza e as instâncias que compõem a instituição; 2) Marcos históricos do Senac no Brasil, em que apresentaremos uma linha histórica das setes décadas de funcionamento e a expansão do Senac pelo País, relacionando com o contexto político, econômico e social; 3) Administração regional do Senac no Rio Grande do Norte, em que abordaremos o percurso no RN.

A terceira seção tem por título – **Percurso Metodológico: sobre os caminhos da pesquisa** – momento em que será detalhado os procedimentos da pesquisa que se inicia pela metáfora da pontuação. A seção está dividida em três subseções: 1) Estado do conhecimento, que envolve o trabalho de investigação da produção de trabalhos que versão sobre nosso objeto de pesquisa; 2) Pesquisa no arquivo do Senac Departamento Nacional, para averiguar os documentos disponibilizados; 3) Seleção dos documentos, unitarização e categorização, expondo como ocorreram, de forma pormenorizada, os procedimentos utilizados pela pesquisadora nas etapas de identificação dos arquivos, inventariado das fontes impressas e análise documental. Esta seção tem por objetivo identificar as práticas de formação contínua em serviço para os docentes na educação profissional do Senac/RN.

A quarta seção tem por título – **Análise das práticas de formação docente no Senac/RN** – e está subdividida em seis subseções: 1) Caracterização das práticas de formação em serviço de docentes do Senac; 2) Análise documental e as evidências das práticas de

formação docentes – Senac/RN; 3) As práticas de formação inéditas no Correio do Senac; 4) As práticas de formação periódicas e das práticas de formação inéditas nos Relatórios do Senac/RN; 5) As práticas de formação periódicas no Boletim Técnico do Senac; 6) As práticas de formação Ampliadas/Perenes nos Relatórios do Senac/DN. Esta seção está aportada na ATD e tem por objetivo analisar como essas práticas de formação docente foram institucionalizadas pelo Senac/RN, e sua contribuição para qualificação profissional dos docentes.

Por fim, nas considerações finais, apresentamos as conclusões que foram possíveis de se construir a partir do diálogo com as fontes e metodologias adotadas.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DO SENAC

[...] admitir a existência dessas instituições que, pelo seu caráter durável, têm **uma história** que nós não apenas queremos como necessitamos conhecer.

(SAVIANI, 2007, p. 17, grifo nosso)

Concordamos que a história da gênese de uma instituição deve se relacionar com o contexto sócio, político e econômico do lugar em que emergiu, numa dada época. Para compreender a criação do Senac, no Brasil, optamos por um período que se inicia na década de 1940, focando na criação do sistema S³. Além disso, baseamo-nos em estudiosos, como: MANFREDI, Silvia (2002); FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (2005); MOURA, Dante Henrique (2010; 2014); CUNHA, Luís Antônio (2005), que abordam o contexto das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e suas implicações para a educação e a educação profissional.

Nossa reflexão histórica inicia-se na primeira metade do século XX, quando o País organizava uma legislação específica para impulsionar o processo de desenvolvimento econômico por meio das áreas da indústria, comércio e agropecuário. A ampliação do ensino técnico no Brasil⁴ foi pautada pela Reforma Capanema, conhecida também como Leis Orgânicas de Ensino⁵ e engloba o Ensino Secundário (1942), o Ensino Comercial (1943); o Ensino Primário, o Ensino Normal e o Ensino Agrícola (1946); e a criação, em paralelo, do Senai (1942) e do Senac (1946), com o objetivo de formar profissionais, respectivamente, para a indústria e o comércio.

³ Sistema S – expressão utilizada para identificar o conjunto de entidades paraestatais, atualmente constituído pelas seguintes instituições: Sesi, Senai (1942); Sesc, Senac (1946); Senar (1976); Senat (1993), Sest; SesCoop (1998); Sebrae (1972), que incorpora as expressões “serviço” e “aprendizagem” no início dos seus nomes.

⁴ Em 1942, a Reforma Capanema reajustou as propostas pedagógicas existentes, dadas as mudanças no mundo do trabalho com crescente desenvolvimento dos setores secundário e terciário. Criou os cursos médios de 2º ciclo: científico e clássico, com três anos de duração, destinados a preparar o estudante para o ensino superior. E a formação profissional de 2º ciclo: agrotécnico, comercial técnico, industrial técnico e o normal, estes sem acesso ao ensino superior.

⁵ No campo específico do ensino técnico-profissional, além da Lei Orgânica do Ensino Industrial em, decreto-lei nº 4.048/1942, foram promulgadas a Lei Orgânica do Ensino Comercial, decreto-lei nº 6.141 de 28/12/1943; Lei Orgânica do Ensino Agrícola, decreto-lei nº 9.613 de 20/8/1946; Lei Orgânica do Ensino Normal, decreto-lei nº 8.530 de 2/1/1946.

Como afirma Manfredi, (2002, p. 61):

Educação Profissional é um campo de disputa e de negociação entre os diferentes segmentos e grupos que compõem uma sociedade, desvelando a dimensão histórico-política das reformas de ensino, das concepções, dos projetos e das práticas formativas.

O Senac foi criado no contexto pós-segunda Guerra Mundial, mas ainda foi consequência das reformas educacionais realizadas por Gustavo Capanema durante o Estado Novo, na Era Vargas. A reforma do Ensino Comercial exigia a criação de instituições para a formação de mão de obra demandada pelos centros comerciais ampliados nas capitais do país, como estratégia de escoamento de mercadorias advindas do incremento das indústrias recém-instaladas no Sul-Sudeste do Brasil.

Vale destacar, por outro lado, que, no contexto do Modelo Nacional Desenvolvimentista com base na industrialização, durante os anos de 1937-1955, segundo Ribeiro (1995), o Brasil, nesse período, foi marcado pelo crescimento acelerado das forças econômico-sociais, com pressões de interesses de diferentes classes sobre a política econômica. No Rio Grande do Norte⁶, o processo de crescimento está atrelado ao processo de urbanização e densidade demográfica das principais cidades do RN em decorrência dos efeitos da Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Moura (2010, p. 65), a criação do Sistema S é uma opção do “governo em repassar à iniciativa privada a tarefa de preparar mão de obra para o mundo produtivo”. O que também consistiu numa forma de reforçar a dualidade das concepções e práticas escolares, pois o “ensino secundário e o normal formariam as elites para a condução do país e o ensino profissional formaria os filhos dos operários para as artes e os ofícios”, assim, reforçando a divisão entre trabalho intelectual e o trabalho manual, separação entre os que pensam e os que executam, respectivamente. Fazendo uma correlação com a natureza do Senac, inferimos a dualidade como uma característica dos cursos ofertados pela instituição, uma vez que não propiciavam a verticalização dos estudos, mas buscavam o atendimento demandado por postos específicos do mercado de trabalho.

Assim, em 1945, os empresários do comércio realizaram um evento intitulado “Conferência das Classes Produtoras do Brasil”, e examinaram os problemas da economia

⁶ Segundo Araújo (2009, p. 72), entre 1940 e 1970, a população residente de Natal cresceu acima de 382,0% (a uma taxa média anual de 5,4%), a de Mossoró acima de 262,0% (a 4,4% a.a.), a de Assú, 71,4% (a 1,8% a.a.) e, a de Macau, 96% (a 2,4% a.a.) - citando apenas os municípios que, historicamente, têm sido mais representativos quanto às suas atividades econômicas - contra uma expansão do PIB estadual de 4,8% a.a. no mesmo período.

nacional, o que resultou em um documento denominado *Carta da Paz Social*, com recomendações para o governo federal no sentido de atenuar na complexidade da área comercial. Segundo Manfredi (2002), a referida carta constou de sugestões para a intensificação e aperfeiçoamento do ensino médio e superior de comércio, economia e administração, como também a criação de escolas especializadas. Este documento é considerado histórico, porque deu origem ao Senac e registrou as primeiras resoluções e diretrizes.

Como fonte iconográfica que testemunha o evento, trazemos a Figura 1 do registro fotográfico, momento da assinatura da referida Carta da Paz Social.

Figura 1- Foto de autoridades que assinaram a Carta da Paz Social



Fonte: Componentes da mesa da Conferência das Classes Produtoras: João Daudt D'Oliveira (presidente da mesa), Euvaldo Lodi, Íris Meinberg, Basílio Machado Neto e Robert C. Simonsen.

Nessa foto, destacamos a participação de autoridades importantes do cenário industrial e comercial do país. A bancada foi assim composta: o homem sentado, ao centro da mesa, segurando uns papéis, trata-se de João Daudt D'Oliveira um dos organizadores da 1ª Conferência das Classes Produtoras de Teresópolis e da Carta de Paz Social, que resultaram na criação do Senac e do Sesc. Ele liderou o Comércio Brasileiro de 1930 a 1951, foi o fundador e primeiro presidente do Conselho Nacional do Senac. O homem em pé é Roberto Cochrane Simonsen, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e integrante do Conselho Superior da FESPSP. Euvaldo Lodi, sentado ao lado esquerdo de João Daudt D'Oliveira, foi o primeiro presidente Confederação Nacional da Indústria (CNI) até 1954, organizou e fundou o Senai (1942) e o Sesi (1946).

De acordo com o Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que dispõe sobre a criação do Senac, foi atribuído à Confederação Nacional do Comércio (CNC), o objetivo de

organizar e administrar, no território nacional, escolas de aprendizagem comercial. As escolas manteriam também cursos de continuação ou práticos e de especialização para os empregados adultos do comércio, não sujeitos à aprendizagem (BRASIL, 1946). Nessa mesma data, foi promulgado o Decreto-Lei 8.622, que dispunha sobre a atuação da instituição na aprendizagem comercial.

Escolas de aprendizagem refere-se à terminologia atribuída aos estabelecimentos de ensino profissional que se dedicam à formação técnica de pessoas em determinados nichos de atuação, atendendo à demanda esporádica ou permanente, proveniente de setores da sociedade. Os cursos ofertados são de natureza subsequente ou concomitante, com vistas à qualificação de profissionais liberais que vendem a força de trabalho ou se aventuram na condição de autônomos, criando o próprio negócio.

Conforme consta em seus documentos⁷, o Senac é uma instituição privada, sem fins lucrativos, com finalidade pública. A sua sustentabilidade provém da contribuição compulsória das empresas do setor de comércio, serviços de bens e turismo que contribuem mensalmente com um por cento (1%) sobre o montante da remuneração paga aos seus empregados, bem como das ofertas comerciais de cursos, consultorias. A arrecadação é feita concomitante às contribuições para a Previdência Social, por meio da Receita Federal, mas não se caracteriza como imposto, taxa ou contribuição de melhoria, ou seja, é uma instituição privada que recebe subsídios públicos, tanto que é isenta de todo imposto federal, estadual e municipal (BRASIL, 1946).

Instituições de direito privado, semelhante ao Senac que integra o denominado Sistema S, foram criadas sob uma lógica fundamentada numa autonomia de gestão das ações e dos recursos. O Senac tem autonomia administrativa e financeira, porém com responsabilidade de prestação de contas aos órgãos fiscalizadores: Conselho Fiscal da instituição, a Controladoria Geral da União (CGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU). Os empregados são regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

Esta seção tem por objetivo compreender o percurso histórico da instituição em âmbito nacional e regional que necessitávamos conhecer e está estruturada em três subseções: A estrutura organizacional do Senac Nacional, em que apresentaremos a natureza e as instâncias que compõem a instituição; Marcos históricos do Senac no Brasil, em que apresentaremos uma linha histórica das setes décadas de funcionamento e a expansão do Senac pelo País; A

⁷ Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946. Projeto Político Pedagógico do Senac/RN (2018). Regimento Escolar do Senac/RN (2018).

administração regional do Senac no Rio Grande do Norte, na qual abordaremos o percurso no RN.

2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SENAC NACIONAL

A estrutura organizacional do Senac foi criada no contexto pós-Segunda Guerra, meados dos anos 1940, como instituição de natureza privada, integrando instâncias deliberativas, executivas e fiscalizadoras. A Administração Nacional (AN) compreende os órgãos regulamentados pelo Decreto nº 61.843, de 05 de dezembro de 1967, e alterado pelos Decretos nº 5.728, de 16 março de 2006 e Decreto nº 6.633, de 5 de novembro de 2008 e com competências definidas pelo Regimento do Senac presentes na Resolução Senac nº 855, de 2007, (SENAC, 2018a). O Senac foi instituído com a estrutura organizacional prescrita por uma legislação outorgada entre as décadas 1940 e 1960. Nas décadas seguintes, passou apenas por reajustes para atender à legislação vigente, mas a essência estrutural continuou preservada, conforme observamos no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1- Estrutura Organizacional Senac

I – Administração Nacional (AN)		
jurisdição em todo o País		
Conselho Nacional (CN) Órgão deliberativo	Departamento Nacional (DN) Órgão executivo	Conselho Fiscal (CF) Órgão fiscalização
II – Administrações Regionais (ARs)		
jurisdição nas bases territoriais correspondentes		
Conselho Regional (CR) Órgão deliberativo	Departamento Regional (DR) Órgão executivo	

Fonte: Elaboração própria em 2021 a partir do Decreto nº 61.843, de 5 de dezembro de 1967

O quadro acima explicita a presença de uma hierarquização na estrutura organizacional da instituição, composta pelas instâncias, suas respectivas composições e funções. O Conselho Nacional (CN) é o órgão máximo da instituição, é deliberativo e composto por empresários, governo e trabalhadores, ou seja, tripartite. Tem por função definir as diretrizes, coordenar e controlar as atividades do Senac.

O Departamento Nacional (DN) é o órgão executivo responsável pela coordenação das políticas, diretrizes e programas de abrangência nacional e ações educacionais para os

Departamentos Regionais. Destacamos aqui uma das competências específicas deste órgão de abrangência nacional, que focava na elaboração e execução de ações, projetos e programas destinados à formação de pessoal necessário às atividades da Instituição.

O Conselho Fiscal (CF) é um órgão autônomo de deliberação coletiva respondendo pela fiscalização financeira e orçamentária da entidade. Sua composição caracteriza-se como tripartite.

A Administração Regional (AR) está presente uma em cada estado e uma no Distrito Federal. São autônomas quanto à administração de seus serviços, à gestão dos seus recursos, ao regime de trabalho e às relações empregatícias. A AR é composta pelo Conselho Regional (CR) órgão deliberativo e composto por empresários, governo e trabalhadores, como também pelo Departamento Regional (DR). A título de exemplo, o DR/RN é responsável pela execução das medidas necessárias à observância das diretrizes gerais do Senac na Administração Regional.

Trata-se de uma estrutura organizacional que se mantém desde a sua criação, com as devidas adequações em atendimento à legislação vigente, conforme podemos constatar nos documentos. Ficou evidente a organização da instituição para desenvolver-se por meio do Planejamento Nacional das Ações do Senac (PNAS), que tem validade de quatro anos e dos Planos de Ações das Administrações Regionais (PAAR), os quais são feitos anualmente, alinhados ao PNAS. Assim, cada conselho e departamento estão imbuídos das suas responsabilidades para que a instituição cumpra com o planejado e mantenha-se ágil para atender às demandas do mercado de trabalho.

2.2 MARCOS HISTÓRICOS DO SENAC NO BRASIL

O percurso histórico do Senac, enquanto instituição de direito privado e atuação pública, inscreve-se em significativas mudanças em sua organização, de acordo com os diferentes contextos históricos e sociais da sociedade brasileira. Desde sua implantação, a Instituição se mantém atenta às transformações oriundas das exigências da economia do mercado, que lhe impõe constantes reelaborações. Por meio da linha do tempo, a seguir, destacamos marcos históricos que demonstram a expansão da Instituição Senac, que foi se atualizando ao longo dessas sete décadas dedicadas à aprendizagem profissional no Brasil (SENAC, 2019).

Anos 1940. Década da Criação do Senac pelo Decreto-Lei nº 8621, em 10 de janeiro de 1946. A Carta da Paz Social foi o documento histórico que deu origem ao Senac e registrou as primeiras diretrizes e resoluções deliberativas da instituição. Jovens aprendizes: Promulgação do Decreto-Lei nº 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que dispunha sobre a atuação do Senac na

aprendizagem comercial por meio de cursos que eram destinados para menores de 14 a 18 anos. O Senac iniciou suas atividades ofertando cursos em 16 capitais brasileiras. A Educação a Distância foi implantada em 1947 com a criação da Universidade do Ar, para a oferta de programa radiofônico destinado a pessoas de zonas rurais, periféricas ou do interior que não dispunham de condições para frequentar cursos em horários e locais fixos (SENAC, 2019).

Anos 1950. Nessa década, foram criadas as Unidades Móveis. As primeiras funcionavam em *kombis* que levavam curso para os municípios que não dispunham de unidades do Senac. O Senac Móvel foi criado, somente, em 1984, com carretas-escolas (SENAC, 2019).

Anos 1960. Ocorreu a inauguração do primeiro restaurante-escola em 1962, no Estado do Paraná, como também, do Primeiro hotel-escola, denominado Grogotó, instalado em Barbacena, em 1968, Minas Gerais (SENAC, 2019). As empresas pedagógicas – salão de beleza, salão de estética, salão de podologia – foram equipadas com avançadas tecnologias para os alunos, orientados pelos docentes, vivenciarem a prática da profissão, prestando serviços à comunidade.

Anos 1970. Na década de 1970, ocorreu a expansão física da instituição com a construção de vários Centros de Formação Profissional, conforme plano de expansão da Rede Escolar do Senac, no ano de 1969. No Rio Grande do Norte, o prédio foi construído na rua São Tomé, 444, Cidade Alta, Natal/RN (SENAC, 2007). Nesta década, com a implantação da Lei nº 5.692/71, o Senac por intermédio dos DRs, firmou diversas parcerias com as entidades governamentais para desenvolver a parte de formação profissionalizante relativa ao setor terciário, (Art. 3º, letra “b”, da Lei nº 5.692/71). Ainda nesta década, foi criado e implementado o primeiro planejamento integrado das ações do Senac. Os planejamentos das ações do Senac têm por período de execução quatro anos.

Anos 1980. Implantação da Educação Superior no Senac São Paulo. Em 1989, deu-se a implantação do curso Tecnologia em Hotelaria. Nessa década, o Senac passou a investir na informática e na produção tecnológica, para incremento de seus programas e ações educacionais ofertados pela instituição. Houve ainda participação em projetos junto às Agências de Formação Profissional nacionais e internacionais, como também a realização de projetos governamentais na área do ensino técnico (SENAC, 2019).

Anos 1990. A Educação a Distância no Senac foi ampliada e diversificada. Hoje, a oferta de educação a distância está no portal Senac EAD (www.ead.senac.br), com cursos *on-line* nos níveis Formação Inicial e Continuada (Livres), Técnico e Superior. Nessa mesma década, são instituídos os primeiros centros editoriais do Senac com produção de livros, materiais didáticos, vídeos e softwares destinados às áreas de atuação do Senac. Ocorreu ainda o lançamento do

Projeto Pedagógico, denominado Formação Profissional Senac: uma proposta para o Setor Comércio e Serviços, de caráter polivalente que vigorou até a década 2000 (SENAC, 2019).

Anos 2000. Ampliação do Programa Senac de Gratuidade (PSG) que, conforme Decreto nº 6.633/2008, possibilitava a formação profissional e a inserção social e produtiva de milhões de brasileiros, por meio da oferta de vagas gratuitas em cursos de Educação Profissional de formação inicial e continuada como em cursos técnicos de nível médio para pessoas de baixa renda. Programa financiado com 66,67% dos recursos líquidos do Senac oriundos das contribuições compulsórias. O alcance da Excelência Internacional deu-se mediante a participação na competição internacional de Educação Profissional, *WorldSkills Internacional* 2015. A instituição ficou entre as melhores do mundo. A *WorldSkills* é uma competição mundial de educação profissional entre instituições de mais de 70 países e ocorre a cada dois anos. Os competidores têm no máximo 22 anos e só podem participar uma vez (SENAC, 2019).

Anos 2010. O Senac passou a integrar o Sistema Federal de Ensino de acordo com a Lei Federal 12.513/2011 e Resolução Senac 1036/2016, com autonomia para criação e oferta de cursos e programas de Educação Profissional de Formação Inicial e Continuada e de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, conforme autorização do Conselho Regional do Senac, pois até então os cursos técnicos eram autorizados pela Secretaria Estadual de Educação. Houve a unificação da proposta pedagógica dos cursos pelo Senac em todo território brasileiro o que resultou no Modelo Pedagógico Senac.

Nesta subseção, vimos o detalhamento e ampliação das ações desenvolvidas pelo Senac nas sete décadas de sua criação pelo Brasil, na busca de atender à legislação educacional em vigor e ampliar seu raio de atuação pelo País por meio da expansão das unidades e consolidação das ações específicas para atender as demandas de formação técnicas de cada regional.

2.3 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SENAC NO RIO GRANDE DO NORTE

No Rio Grande do Norte, o Senac iniciou as suas ações no ano de 1946, subordinado ao Departamento Regional do Nordeste, com sede em Recife/PE que abrangia os estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Nessa mesma década, esses estados instalaram seus próprios Departamentos Regionais. É oportuno ressaltar que o Senac/RN é uma instituição vinculada à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte (Fecomércio/RN) organização composta pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) e pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio (IPDC).

Para a reconstituição da história do Senac/RN, lançamos mão de um conjunto de

documentos contidos nos arquivos institucionais. O historiador Le Goff (1990) nos informa que o documento é derivado do termo latim *documentum*, que evoluiu para o significado de prova. Para os fundadores da revista *Annales*, que iniciaram um movimento que revolucionou a história tradicional, positivista, denominado de “Nova História”, os documentos são importantes instrumentos para a história: “A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode-se fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos quando não existem” (LE GOFF, 1990, p. 285). Portanto, é bom lembrar, que todo o historiador, quer trate de historiografia ou do mister do historiador, deve recordar que é indispensável o uso do documento na escrita da História.

Nesses termos, encontramos documentos do Senac ao longo dos seus 70 anos como instituição de Educação Profissional, com atuação nos Serviços de Aprendizagem, desenvolvendo seus objetivos, segundo o Decreto nº 61.843, de 5 de dezembro de 1967, que são:

[...] **realizar a aprendizagem comercial** relativa às empresas de categorias econômicas sob a sua jurisdição, através do Programa de Aprendizagem Profissional Comercial; organizar e manter cursos técnicos de qualificação para o comerciário adulto; **promover a divulgação de novos métodos e técnicas de comercialização**, assistindo aos empregadores na elaboração e **execução de programas e treinamentos de pessoal** nos diversos níveis de qualificação; **colaborar na difusão e no aperfeiçoamento do ensino comercial de formação** (BRASIL, 1967, p. 7, grifo nosso).

Sendo assim, o foco do Senac é na formação de profissionais para o mercado de trabalho, na perspectiva de cumprir a missão de educar para o trabalho em atividades do comércio de bens, serviços e turismo. Assim, preparar para o mercado de trabalho, conceitualmente, difere da intenção de formar para o mundo do trabalho. A esse respeito, Ciavatta (2012, p. 34, grifo nosso), teoriza que:

[...] **mundo de trabalho**, inclui as atividades materiais, produtivas, assim como todos os processos de criação cultural que se geram em torno da reprodução da vida. Queremos, com isso, evocar o universo complexo que, à custa de enorme simplificação, reduzimos a uma das suas formas históricas aparentes, tais como a profissão, o produto do trabalho, as atividades laborais, fora da complexidade das relações sociais que estão na base dessas ações.

Desse modo, somos levados a refletir que o foco das atividades desenvolvidas pelo Senac, conforme sua natureza e finalidade, reduz-se ao produto do trabalho, as atividades laborais, mesmo tendo em suas diretrizes orientações que poderiam ampliar a visão de mundo

e sociedade dos trabalhadores.

No Senac/RN, inicialmente ocorreu a realização de cursos para atender o público alvo de Natal, no Grupo Escolar Isabel Gondim⁸ e no Grupo Escolar Frei Miguelinho⁹, no ano de 1948, respectivamente, localizados no bairro das Rocas e Alecrim. Visto que, à época, havia a maior concentração de comerciários da capital nesses bairros, e o Senac não dispunha ainda de instalações próprias. Assim “os cursos de ensino próprio funcionaram desde a sua instalação, em prédios próprios do Estado, utilizando nas suas aulas todo o material dos mesmos” (SENAC, 1954, p. 29).

Na década de 1950, o Senac passou a funcionar em copropriedade com o Sesc, no prédio situado à Praça Tomaz de Araújo, no bairro Cidade Alta, Natal/RN, com o objetivo de aumentar a área de atuação e acomodar melhor os alunos. Período de transição dos anos 1950 para os 1960 em que a instituição passou a desenvolver um esquema de ensino próprio. Criação da Escola de Ensino Comercial.

Na década de 1960, o Senac ofertava Ensino Ginásial nos turnos matutino e vespertino e o curso Técnico de Administração, no turno noturno. Enfatizamos também que, no período 1946-1960, o Senac “preparava” exclusivamente o comerciário na faixa etária entre 14 e 18 anos com o ensino comercial. Em consonância com a Constituição de 1946, inciso IV do art. 168, que estabeleceu “as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores” (BRASIL, 1946). Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, equiparou-se o ensino profissional técnico ao ensino acadêmico.

Na década de 1970, teve a inauguração da sede própria do Senac, localizada na rua São Tomé, 444, Cidade Alta, Natal/RN. Com a aprovação da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, a instituição extinguiu a oferta dos cursos de ensino ginásial de Comércio e o de Iniciação Profissional e liberou o acesso ao público em geral para os cursos de curto e médio prazos, independentemente da idade. Passou então a investir na oferta de formação profissional da área de hospitalidade e turismo.

Durante décadas, foram ofertados cursos de datilografia em máquinas manuais seguidos pelo curso de datilografia em máquinas elétricas. Aqui trazemos o registro de um laboratório

⁸ Relação dos professores: Prof. Diretor Acrísio de Meneses Freire; Prof^a Maria Lídia; Prof^a Teodolina S. de Albuquerque, no Grupo Escolar Isabel Gondim (SENAC, 1949).

⁹ Relação dos professores: Prof^a Diretora Sofia Lima de Farias; Prof^a Leticia Romualdo de Melo; Prof^a Dagmar Dantas Sales; Prof^a Edilza Dantas, no Grupo Escolar Frei Miguelinho (SENAC, 1949). O Prof. Dante de Melo Lima ministrava aulas em ambos os grupos, em dias alternados (SENAC, 1949).

com máquinas de datilografia manual até a chegada dos computadores na instituição.

Figura 2- Laboratório com máquinas datilografia manual



Fonte: Livro 60 anos do Senac/RN (2007).

Na figura 2, observamos a disposição de um teclado ampliado como modelo para explicação da técnica de datilografar, utilizando-se de todos os dedos das mãos para digitação com destreza. No processo da aprendizagem profissional, o instrutor agia como liberador de atividades, estando sempre disponível para que algum estudante recorresse para sanar alguma dúvida. Havia a rigidez da datilografia sem erros, pois a rasura do documento, implicava desperdício de papel e reinício de toda a escrituração mecânica.

Durante a década de 1980, com a criação do Centro Experimental de Difusão da Informática¹⁰ (CEDI) pelo DN, o Senac/RN passou a ofertar os primeiros cursos de informática em substituição das máquinas de datilografia manual e elétrica, na capital, com o objetivo de difundir as aplicações da Microinformática na área empresarial e no campo da formação profissional. Foi uma década marcada pelo crescimento no número de matrículas. No período de 1971 a 1980, foram registradas 63.546 matrículas. Diante de um público crescente, foi

¹⁰ Tinha por objetivos específicos: produzir “know-how” para subsidiar os DRs e as Delegacias Executivas do Senac para a operacionalização dos Centros de Informática; desenvolver programações para preparar profissionais para os novos postos de trabalho criados com a difusão da microinformática; desenvolver programações para familiarizar os pequenos e médios empresários na utilização de microcomputadores; desenvolver projetos especiais para difundir os avanços da informática nas diversas áreas do setor terciário, por exemplo, inovações nas redes de teleinformática, automação de escritórios (RÉGNIER NETTO; CUNHA, 1987).

necessária a ampliação da estrutura física do prédio, em 1983, localizado na rua São Tomé, 444, Natal/RN.

Figura 3- Laboratório de Informática



Fonte: Livro 60 anos do Senac/RN (2007).

Na figura 3, podemos observar que as máquinas computadoradas inspiraram uma nova disposição no ambiente do laboratório, de modo que o instrutor assumia uma didática que propunha uma metodologia que indicava uma mobilidade, visitando cada mesa, orientando sobre a tarefa a ser realizada.

No período dos anos 1990, o Senac/RN foi marcado por grandes mudanças. Foi pioneiro e referência no Brasil, junto aos DRs, no ensino de informática, dispondo de equipamentos de última geração. Foi inaugurado o Centro de Informática, na rua Alexandrino de Alencar, no bairro Alecrim, para a oferta de cursos de datilografia, atendente de escritório, informática e cursos da área de Beleza. Em 1999, a Unidade Alecrim, à época, passou a ministrar cursos de idiomas. De 1981 a 1990, o Senac/RN registrou 201.499 matrículas. Após 30 anos, houve a mudança do Presidente do Conselho Regional e ocorreu a implantação do Novo Projeto Pedagógico.

Ao observarmos a legislação educacional brasileira e a atualização nos cursos ofertados pelo Senac, constatamos, na década de 1990, a revisão nas ações educativas desenvolvidas por esta instituição e a adoção da proposta de educação profissional baseada no princípio da polivalência, de modo que os cursos passaram a ser compostos por conhecimentos gerais, específicos e práticos. Assim as disciplinas que compunham os cursos foram organizadas em três grupos distintos, a saber: “núcleo da área – composto por disciplinas que abrangiam conhecimentos gerais e conceituais; núcleo da subárea – disciplinas que envolviam

conhecimentos teóricos e práticos; parte específica – disciplinas que englobavam conhecimentos práticos, habilidades e atitudes específicos de uma determinada ocupação.

A partir dessa década, a instituição passou a adotar a concepção de um profissional polivalente que está relacionado com o redirecionamento do perfil do trabalhador no contexto do paradigma flexível dos meios de produção. A polivalência defendida pelo Senac é o que é exposto por Enguita (1988, p. 51):

trata-se de uma formação polivalente que capacite para desempenhar uma família de empregos qualificados e, sobretudo, para compreender as bases gerais, científico-técnicas e sócio-econômicas da produção em seu conjunto; que reúna a aquisição de habilidades e destrezas genéricas e específicas com o desenvolvimento de capacidades intelectuais e estéticas; que unifique, em definitivo, formação teórica e prática.

Nesse sentido, ao defender este conceito de formação polivalente de capacitar para um conjunto de empregos qualificados, o Senac buscava adequar-se às exigências demandadas pelas transformações tecnológicas, à nova ordem econômica e, conseqüentemente, ao perfil do trabalhador requerido para atuar neste contexto histórico.

Durante os anos 2000, o Senac/RN manteve a sua competência para organizar as condições de funcionamento das atividades em nove Centros de Educação Profissional¹¹ (CEPs), em Natal e no interior do Estado, a saber: Hotel Escola Senac Barreira Roxa (Natal); Senac Alecrim (Natal); Senac Assu (Assu); Senac Caicó (Caicó); Senac Centro (Natal); Senac Macaíba (Macaíba); Senac Mossoró (Mossoró); Senac Zona Norte (Natal); Senac Zona Sul (Natal); e em três Unidades Móveis (Informática/Gestão e Negócios; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Moda e Beleza).

Na ilustração a seguir, temos a dimensão da distribuição espacial do atendimento do Senac no Rio Grande do Norte.

¹¹ “Nos anos de 1960, as escolas de aprendizagem, denominação datada do tempo da criação da instituição, passaram a ser chamadas de centros de formação profissional” (CUNHA, 2005, p. 61), mesmo sendo direcionado ao Senai, esta nomenclatura se adequa ao Senac conforme a época denominava seus espaços como Centro de Formação Profissional, Centro de Educação Profissional e também de Unidade do Senac.

Figura 4- Distribuição das Unidades Senac no RN

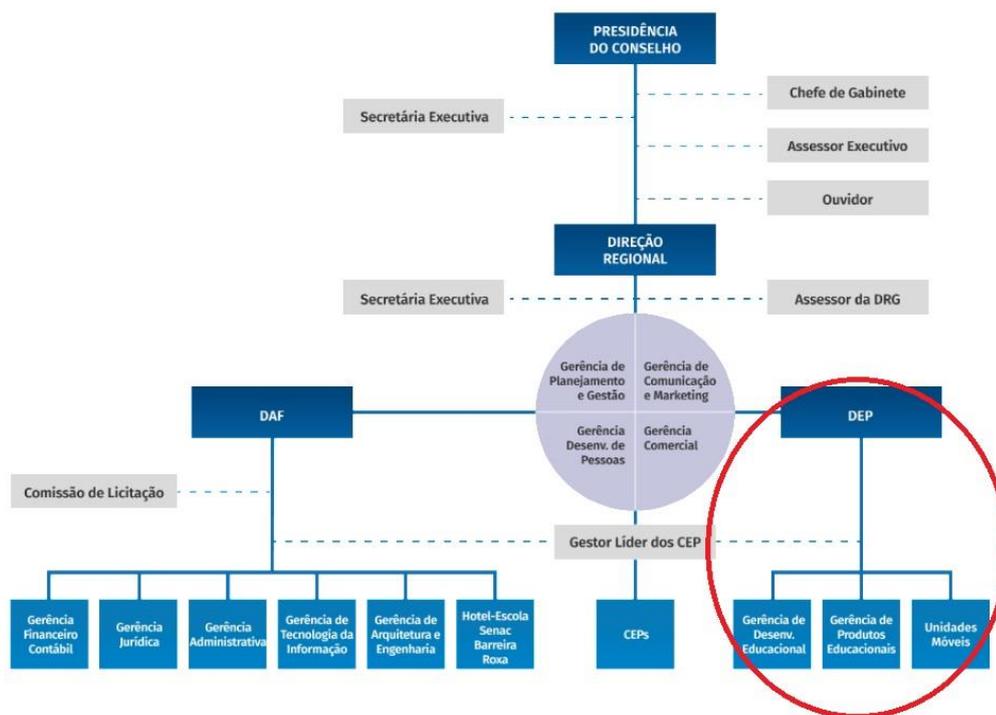


Fonte: Senac/RN (2019)

Na figura 4, apresentamos a distribuição do Senac/RN, considerando as quatro mesorregiões do Estado e assim fizemos a seguinte inferência: o Senac Macaíba buscava as demandas no Agreste Potiguar; o Senac Assú e o Senac Caicó atendiam a Central Potiguar; enquanto o Senac Mossoró direcionava as ações para o Oeste Potiguar; e o Senac Natal focava no Leste Potiguar.

Com a denominação de Unidades do Senac, funcionavam na cidade de Natal e em algumas cidades no interior do Estado do RN, instaladas em prédios próprios e em outros alugados. Como estrutura organizacional, o Senac/RN compõe-se da Presidência do Conselho Regional, da Direção Regional, da Direção Administrativo Financeira, da Direção de Educação Profissional e das Gerências. No organograma a seguir, Figura 6, o foco é a Direção de Educação Profissional.

Figura 5- Organograma do Senac/RN



Fonte: Senac/RN (2019)

Na figura 5, apresentamos o organograma do Senac/RN, destacando a Diretoria de Educação Profissional (DEP), que tem por competência e atribuições em ações legais de planejamento, organização, coordenação, acompanhamento e avaliação de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da educação profissional do Senac/RN. Ainda, responsável pela execução de programas de capacitação dos docentes, propostos pelo Departamento Nacional, como também a elaboração e execução de ações locais que propiciavam aos docentes revisão das suas práticas pedagógicas, de modo a utilizarem estratégias que promovam uma aprendizagem significativa aos discentes.

Enquanto instituição que oferece Educação Profissional, o Senac, tem uma especificidade que o diferencia de outras instituições, ou seja, não oferta ensino regular. Os cursos iniciavam a qualquer época do ano, conforme a oferta e a procura. Na década de 1950, os cursos ofertados pelo Senac eram organizados em quatro categorias, a saber:

1) Cursos de Adaptação (CAD)¹² – direcionados para menores candidatos a emprego no comércio. Era também preparatório para o Curso Comercial Básico, do sistema regular de

¹² A título de informações, no Grupo Escolar Isabel Gondim, identificamos uma turma deste segmento, com um total de 43 alunos, sendo 29 discentes masculinos e 14 femininos. Já no Grupo Escolar Frei Miguelinho, a turma tinha 47 alunos, sendo 30 discentes masculinos e 17 femininos (SENAC, 1949).

ensino comercial;

2) Cursos de Aprendizagem (CA) – destinados aos praticantes do comércio, com idade de 14 a 18 anos. Esses cursos eram divididos em três modalidades:

2.1) Curso Elementar (CAE)¹³ – dirigidos aos menores que não alcançavam os conhecimentos necessários para ingressar em outros cursos da categoria;

2.2) Curso para Praticantes (CAP)¹⁴ – habilitava jovens profissionais para o exercício específico de uma determinada atividade;

2.3) Curso de Preparação Funcional (CAPF) – destinado para atender a especificidade de uma teoria e eventual “adestramento”, necessário para a melhoria das atividades executadas pelo trabalhador.

3) Cursos de Continuação (CC) ou Práticas de Comércio, destinados aos comerciários não subordinados à aprendizagem, ou seja, ao público em geral. Esses cursos eram divididos em três tipos:

3.1) Curso Fundamental (CCF) – preparava o aluno com o conhecimento indispensável para os demais cursos;

3.2) Curso de Habilitação (CCH) – para as pessoas que seriam pretendentes a exercerem uma função específica no comércio;

3.3) Curso Intensivo (CCI) – composto por conhecimentos e técnicas indispensáveis a uma atividade no comércio;

4) Curso de Especialização (CE) – específicos para ampliar o conhecimento adquiridos em outros cursos.

Na década de 1990, com o estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 24 de novembro de 1996, o Senac organizou os cursos ofertados, considerando o que era preconizado pelo Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997, no seu art. 3º que compreendia a educação profissional por níveis, conforme abaixo relacionados:

- a) Nível básico – cursos que ofereciam uma qualificação, requalificação ou reprofissionalização;
- b) Nível técnico – cursos de habilitação para quem estava cursando ou tinha concluído o ensino médio;
- c) Nível tecnológico – cursos de nível superior.

¹³ A título de informações, no Grupo Escolar Isabel Gondim, identificamos uma turma deste segmento, com um total de 36 alunos, sendo 15 discentes masculinos e 21 femininos (SENAC, 1949).

¹⁴ A título de informações, no Grupo Escolar Isabel Gondim, identificamos uma turma deste segmento, com um total de 74 alunos, sendo 31 discentes masculinos e 43 femininos. Já no Grupo Escolar Frei Miguelinho, a turma tinha 90 alunos, sendo 58 discentes masculinos e 32 femininos (SENAC, 1949).

Na década de 2000, com a revogação do Decreto nº 2.208/1997, passou a vigorar o Decreto nº 5154 de 23 de julho de 2004, que estabeleceu o desenvolvimento da educação profissional por meio de cursos e programas, de forma que o Senac fez as (re)adequações para a oferta das programações, contemplando as modalidades de Educação Profissional e seus respectivos tipos cursos, a saber:

1) **Formação Inicial e Continuada:** composta pelos tipos de cursos de Aprendizagem Profissional Comercial; Qualificação Profissional; Aperfeiçoamento; Programas Instrumentais; Programas Socioprofissionais; Programas Socioculturais.

2) **Educação Profissional Técnica de Nível Médio:** compreende os tipos de cursos de Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio; Habilitação Técnica de Nível Médio; Especialização Técnica de Nível Médio.

3) **Educação Profissional Tecnológica:** abrange os tipos de cursos e programas de Graduação, Pós-Graduação e Extensão.

A Educação Profissional no Senac passou a ser organizada por Eixos Tecnológicos, segundo a Lei nº 11.741/2008 (BRASIL, 2008), que são caracterizados como “grandes agrupamentos de práxis, de aplicações científicas à atividade humana: tecnologias simbólicas, organizacionais e físicas”. Com a criação do Catálogo Nacional de Cursos e do Sistema Nacional de Informações de Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), o Senac realinhou os conceitos para reformulação do portfólio de cursos e expos a natureza tecnológica de cada eixo, conforme observamos no quadro 2 - Eixo Tecnológico e sua natureza tecnológica a seguir:

Quadro 2 - Eixo Tecnológico e sua natureza tecnológica

EIXO TECNOLÓGICO Segundo a Lei nº 11.741/2008	NATUREZA TECNOLÓGICA Segundo o Senac
Ambiente e Saúde	Cuidar
Desenvolvimento Educacional e Social	Sustentar
Gestão e Negócios	Gerir
Informação e Comunicação	Comunicar
Infraestrutura	Manter
Produção Alimentícia	Servir
Produção Cultural e Design	Criar
Recursos Naturais	Produzir
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Acolher
Segurança	Prevenir

Fonte: Elaboração própria em 2019, a partir do Projeto Político Pedagógico (SENAC, 2018b)

Vale destacar que constam no quadro 2, apenas os eixos tecnológicos que o Senac atua. Assim, a partir da lógica de organização da educação por esses eixos tecnológicos, a instituição enfatiza nos processos de ensino e de aprendizagem a noção de tecnologia como o sentido do homem ser capaz de atuar para modificar a sua realidade, tendo como suporte os princípios científicos da base da produção (SENAC, 2018b).

Enquanto instituição de Educação Profissional, o Senac¹⁵ define seus princípios educacionais a partir da compreensão de que a Educação Profissional é um fator de desenvolvimento humano e de inclusão social, cultural e produtiva que deve contribuir para a ampliação do potencial dos sujeitos como profissional, como cidadãos, de modo a trazer impacto positivo em suas vidas, para a comunidade em que vivem e para a sociedade como um todo.

Para tanto, durante os últimos anos, o Senac adotou o conceito de competência como uma “ação/fazer observável, potencialmente criativo, que articula conhecimentos, habilidades, atitudes e valores e permite desenvolvimento contínuo” (SENAC, 2018b, p. 21). Ou seja: na perspectiva de avançar do senso comum para a compreensão do que ocorre no mundo com os fenômenos sociais complexos.

Essa conotação de competência presente no Senac alinha-se às prescrições do

¹⁵ Diretrizes da Educação Profissional – Senac/DN (2014)

Neoliberalismo para o mercado? A esse respeito, Ramos (2011) em sua obra “A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?” analisa os significados do conceito qualificação e de competência, situando-as na esfera do trabalho e da educação.

[...] a noção de competência é limitada em relação à perspectiva da formação humana, da mesma forma como a ideologia em que busca conferir legitimidade aos novos padrões de acumulação do capital e das relações sociais tem seu limite na construção de uma concepção de mundo transformadora. [...] os conceitos e as ideologias devem ser enfrentados no plano concreto das relações sociais de produção, pelos sujeitos sociais organizados, como problema material sócio-histórico e ético-político (RAMOS, 2011, p. 304)

Reconhecemos a limitação do conceito de competência presente na proposta pedagógica do Senac (2018a), a partir do exposto por Ramos (2011), que nos alerta para a valorização das competências individuais, focadas no fazer para atender as exigências do mercado de trabalho sem a devida compreensão das relações sociais.

Ainda, conforme podemos analisar nos Documentos Técnicos¹⁶, o Senac (2015, p. 5) entende que, neste século XXI, a Educação Profissional, “[...] transcende a finalidade da estrita preparação de mão de obra e consolida o seu papel na formação para o trabalho em seus aspectos mais amplos, fixados nos pressupostos da democracia, igualdade e dignidade humana”.

Para tanto, ocorreu a implantação do Modelo Pedagógico Senac, que representa um conjunto de concepções orientadoras de práticas pedagógicas realizadas nos ambientes de aprendizagem da Instituição e foi pautado nos seguintes documentos: Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, as Diretrizes da Educação Profissional do Senac, dentre outros.

O Modelo Pedagógico Senac indica um desenho curricular para cada tipo de curso: Cursos Técnicos, Qualificação Profissional, Programas de Aprendizagem Profissional Comercial e demais cursos de Formação Inicial e Continuada. Os desenhos curriculares dos cursos são estruturados a partir das competências, que se consolidam na organização curricular como Unidades Curriculares, que são de dois tipos. Uma, que desenvolve competências; e outra, de natureza diferenciada que são Projeto Integrador, Estágio Supervisionado, Prática Profissional Supervisionada, Prática Profissional de Aprendizagem que articula as competências do curso.

Como parte do Modelo Pedagógico Senac, são estabelecidas as marcas formativas,

¹⁶ Documentos para orientar e subsidiar as práticas dos agentes que executam a atividade fim do Senac.

domínio técnico científico, atitude empreendedora, visão crítica, atitude sustentável e atitude colaborativa, que são características a serem evidenciadas nos alunos no decorrer do seu processo formativo. As marcas são oriundas dos Princípios Educacionais e dos valores institucionais que regem o Modelo Pedagógico Senac, assim representando o compromisso da Instituição com a formação integral do profissional cidadão (SENAC, 2015). Estas marcas precisam ser identificadas nos docentes para além da competência técnica.

Para o docente atuar na execução dos cursos ofertados pelo Senac, “é exigido experiência comprovada na área ou no conteúdo específico que for ministrar, licenciados ou **preparados**, previamente **em serviço** ou através de programações especiais para o exercício do magistério”, conforme art. 151, do Regimento Escolar do Senac/RN (SENAC, 2018c, p. 49, grifo nosso). Desse modo, compete ao docente planejar, desenvolver e executar estratégias pedagógicas que promovam tanto a autonomia de estudo dos seus alunos como o protagonismo do próprio itinerário formativo. Para tanto, o Senac/RN prioriza a formação e o aperfeiçoamento dos docentes e técnicos pedagógicos, para que reflitam sobre o seu próprio trabalho e possam transformá-lo à medida que desenvolvem suas competências. Eis, então, a razão da preferência pelas práticas de formação em serviço.

Após exposição de parte da história do Senac Nacional e Regional, seguimos para explicitação do percurso metodológico da pesquisa, com o objetivo de identificar como ocorreram, de forma pormenorizada, os procedimentos utilizados pela pesquisadora nas etapas de identificação dos arquivos, inventariado das fontes impressas e análise documental.

3 PERCURSO METODOLÓGICO: SOBRE OS CAMINHOS DA PESQUISA

O percurso investigativo teve início a partir da interrogação: de que forma as práticas de formação contínua em serviço de docentes¹⁷ no Senac/RN contribuíram para a qualificação profissional no período de 1950 a 2010? Uma interrogação que foi sendo permeada por pausas, às vezes curtas e em alguns momentos, mais alargadas, motivando desdobramentos por meio de outras indagações que ocorreram durante o nosso caminhar. Esse percurso foi marcado pela metáfora da pontuação gráfica utilizada na escrita textual, delimitando a nossa possível busca pelos métodos e instrumentos de pesquisa. Nestes termos, a vírgula emerge para demonstrar que uma pausa se faz necessária para a localização das fontes, mas também, entre vírgulas, expressamos algumas sensações, tendo-se a clareza de que não é um trabalho literário e sim pesquisa histórica. Assim, o ponto e vírgula, em sua pausa um pouco maior, permitiu-nos manter contato com os sujeitos da Instituição que poderiam nos ajudar nesta empreitada.

Nos primeiros momentos dos encontros com o nosso orientador, através da sua fala e com a sua escuta atenta, extraíamos informações que, diante das reticências, indicavam as nossas hesitações, sugestões e novas descobertas, ou seja, novas evidências foram sendo reveladas. Neste meio tempo, a exclamação se fazia presente por meio do meu espanto ao acesso às informações e que precisavam ser identificadas e organizadas. Os dois pontos estavam presentes quando elencamos os autores que dariam suporte teórico ao nosso trabalho. As aspas, vistas no momento que fazíamos a citação direta de um autor, como também, dos documentos, para referendar ou refutar o nosso argumento. Os parênteses da construção, tiveram sua vez no momento do registro do ano e do número da página de onde havia sido extraída a citação na íntegra, como também o ato de colocar as siglas. Nesse percurso, o travessão foi utilizado para expressar o diálogo com as fontes. Assim, a metáfora possui a pontuação como marcadores de nosso procedimento de pesquisa.

Outro passo decisivo foi refletir sobre o aparato metodológico que nos guiariam nesse percurso e, para este caminho, optamos pela pesquisa histórica, uma vez que, de acordo com Certeau (2006, p. 46), está “fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não para de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas”. Dessa forma, pretendemos reconstituir a história das práticas

¹⁷ Para este nosso trabalho adotamos as práticas de formação na perspectiva de atender os docentes que atuaram nos cursos ofertados pelo Senac, visto que as práticas de formação são ações direcionadas aos docentes.

de formação contínua em serviço para os docentes do Senac/RN.

Outro passo importante foi consolidar nossa opção pela pesquisa de abordagem qualitativa, que tem em sua essência, como afirma Minayo (2014, p. 57), “as investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados em histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análise de discurso e de documentos”, para responder questões particulares, no nosso caso, consiste na análise de documentos.

A análise documental também teve grande importância na nossa construção, uma vez que, para Certeau (2006, p. 81), implica em “separar, reunir, transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”. Este procedimento apresenta-se como essencial no processo de escolha dos documentos primordiais que serão analisados.

Para este trabalho, adotamos como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e documental. Conforme referência metodológica de Gil (2010, p. 62-63), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.

A fase de análise documental foi orientada pelos aportes teórico-metodológico da Análise Textual Discursiva (ATD), que, de acordo com Moraes e Galiuzzi (2006), é um procedimento de pesquisa que proporciona a produção de novas compreensões relacionadas ao objeto pesquisado por meio do processo de desconstrução e reconstrução de sentidos atribuídos aos documentos analisados, ou seja, diz respeito a um procedimento de análise interpretativa do discurso escrito a partir da unitarização e categorização. O exame cuidadoso de cada documento permitiu-nos identificar unidades de sentido que são aglutinadas, em função de significados atribuídos ao fenômeno pesquisado. Partindo do movimento de intersecção entre o empírico à teorização, a operação historiográfica culminou numa escrituração interpretativa das práticas de formação docentes.

Assim, considerando a implementação da ATD como método de análise documental e os períodos históricos das práticas de formação em serviço, foi possível atribuir sentido às práticas de formação inéditas, as práticas de formação periódicas e as práticas de formação ampliadas/perenes. Essa categorização foi possível, porque aglutinamos as características convergentes e divergentes presentes entre as práticas de formação analisadas.

A fase da definição dos procedimentos metodológicos foi mais um dos momentos de instabilidades pessoais como pesquisadora, diante de um caminho que se descortinava, ora de

forma quase visível ou de forma sutil, mas que exigia um olhar cuidadoso, atento as minúcias, para perceber as evidências. No entanto, uma vez dado o primeiro passo, sabíamos que não tínhamos como retroceder, parar até seria possível, mas retornar a fase inicial, não. Sobre a situação de instabilidade que acomete o pesquisador durante o processo de pesquisa, Moraes e Galiuzzi (2006, p. 121), esclarecem: “não é sentir-se inseguro por não ter aprendido. É ter aprendido a estar inseguro”. Desse modo, entendemos que a (in)segurança nos fez avançar na construção de um diálogo com o objeto de pesquisa a partir das unidades de sentido.

O trato com os documentos nessa pesquisa evoca o sentido atribuído por Le Goff (1990) quando compreende o documento na condição de monumento, o registro que se apresenta como testemunho de um tempo espaço histórico. O documento consiste numa construção histórico-social, repleta de intenções e intencionalidades. Assim, por meio da escrita registramos parte da história das práticas de formação contínua em serviço para os docentes do Senac/RN.

Esta seção está estruturada em três subseções: Estado do conhecimento, que envolve o trabalho de investigação da produção de trabalhos que versão sobre nosso objeto de pesquisa; Pesquisa no arquivo do Senac Departamento Nacional, para averiguar os documentos disponibilizados; Seleção dos documentos, unitarização e categorização, expondo como ocorreram, de forma pormenorizada, os procedimentos utilizados pela pesquisadora nas etapas de identificação dos arquivos, inventariado das fontes impressas e análise documental. Esta seção tem por objetivo identificar as práticas de formação contínua em serviço para os docentes na educação profissional do Senac/RN, durante seus 70 anos de existência.

3.1 ESTADO DO CONHECIMENTO

A pesquisa seguiu os passos aqui relacionados e expostos no decorrer do trabalho. Primeiro, foi construído o Estado do Conhecimento, que segundo Morosini e Fernandes (2014), revela-se importante porque consiste na identificação, no registro e na categorização do que foi produzido, que nos propicia conhecer sobre o tema pesquisado e pode ser realizada por meio de pesquisa documental em plataformas e repositórios digitais.

Como nos adverte Romanowski e Ens (2006), existe uma diferença entre o “estado da arte” e o “estado do conhecimento”. Enquanto, no primeiro, o pesquisador faz a investigação em vários setores de divulgação da produção acadêmica, como: periódicos, livros, anais de congressos, dissertações e teses, no segundo, o pesquisador opta por realizar um estudo com rigor em apenas um destes setores. Ambos, porém, são importantes para o trabalho científico, porque ambos referenciam o que já foi descoberto sobre o assunto pesquisado.

Assim, realizamos, inicialmente, o trabalho referente ao estado do conhecimento sobre a formação docente em Educação Profissional e utilizamos como *locus*, o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em agosto de 2019, e não encontramos nenhum que abordasse o Senac/RN, nos anos de 1950 a 2010.

Para o início da investigação, partimos dos descritores: Formação Docente; Formação Docente em Educação Profissional; Formação Docente no Sistema S, e obtivemos os resultados quantificados na Tabela 1.

Tabela 1- Trabalhos encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

DESCRITORES	NÚMERO DE TRABALHOS CATALOGADOS
Formação Docente	165.270
Formação Docente Educação Profissional	422.694
Formação Docente no Sistema S	596.544
TOTAL	1.184.508

Fonte: Elaboração própria em 2019

Diante da quantidade de trabalhos encontrados, fez-se necessário o refinamento dos descritores, que para tanto, colocamos aspas em todos eles e acrescentamos mais um descritor, o que nominamos de Formação Profissional no Sistema S, conforme consta na Tabela 2.

Como resultado desta busca com o descritor “Formação Docente”, encontramos um quantitativo de 7.732 (sete mil, setecentos e trinta e dois) trabalhos entre teses e dissertações. No descritor “Formação Docente em Educação Profissional”, encontramos somente, 03 (três) trabalhos sendo duas dissertações e uma tese. E com o descritor “Educação Profissional no Sistema S”, foi localizado apenas 01 (um) trabalho, como demonstrado na Tabela a seguir:

Tabela 2 - Trabalhos encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, descritores com aspas

DESCRITORES	NÚMERO DE TRABALHOS CATALOGADOS
“Formação Docente”	7.732
“Formação Docente em Educação Profissional”	03
“Formação Docente no Sistema S”	0
“Educação Profissional no Sistema S”	1
TOTAL	7.736

Fonte: Elaboração própria em 2019

Para este trabalho, foram somente consideradas as produções acadêmicas dos descritores “Formação Docente em Educação Profissional” e “Educação Profissional no Sistema S”, que apresentamos como resultado na Tabela 2. Desta feita, lançamos mão de outras categorias de análises no sentido de melhor refinar a busca. Elegemos então, os itens descritivos de Produção Acadêmica, Ano da publicação e Quantidade. No quadro seguinte, demonstramos a categorização das produções acadêmicas.

Tabela 3- Produções acadêmicas analisadas com os descritores “Formação Docente em Educação Profissional”, “Formação Profissional no Sistema S”, ano e sua tipologia

PRODUÇÃO ACADÊMICA	ANO	QUANTIDADE
Dissertação de Mestrado	2012	1
Dissertação de Mestrado	2014	1
Dissertação de Mestrado	2016	1
Tese de Doutorado	2016	1
TOTAL		4

Fonte: Elaboração própria em 2019.

De posse dos quatro trabalhos, encontrados no percurso da investigação, caracterizamos como sendo pesquisas realizadas nos anos de 2012, 2014 e 2016, fizemos uma leitura do referencial encontrado e, em seguida, uma análise dos objetivos, da metodologia e das considerações finais de cada um.

O primeiro e único trabalho que discorre sobre Educação Profissional no Sistema S é uma dissertação de mestrado de Marinho (2012), que apresenta como título **Educação profissional no sistema “S”**: avaliação dos programas educacionais em Fortaleza-CE e teve por objetivo “analisar as concepções e técnicas dos modelos de avaliação educacional adotados pelo Sistema ‘S’ para a realização de uma análise comparativa dos modelos, identificando a abordagem adotada nas seis organizações estudadas”, a saber: Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); adotou a metodologia de natureza aplicada, com abordagem quali-quantitativa descritiva, apoiada na pesquisa bibliográfica e documental, estudo de caso e questionário para a coleta de dado; como resultado, averiguou divergências entre os modelos de avaliação de programas aplicados, o perfil acadêmico dos

avaliadores do Sistema “S”; cada escola define seu plano de avaliação focado na aprendizagem de conhecimentos e habilidades, considerando a especificidade de cada área de atuação profissional com procedimentos alinhados a políticas de educação de desenvolvimento e formação profissional para a inserção e ascensão ao mercado de trabalho.

A aproximação deste trabalho com a nossa pesquisa é o Sistema S e, de modo específico, o Senac, e nos propiciou algumas indagações sobre o papel do professor nestas instituições e o tipo de formação que era oferecida aos professores para atuarem nos cursos ofertados, contudo o foco da nossa pesquisa foram as práticas de formação docente no Senac/RN.

O segundo trabalho, é a tese de doutorado de Torrez (2014) intitulada **Políticas de formação docente para a educação profissional técnica na área de saúde, na perspectiva da reforma sanitária**, que teve por objetivo pesquisar os limites e as contribuições das políticas destinadas a EPT em nível médio na área de Saúde; a metodologia empregada para realizar a pesquisa exploratória, documental e de campo com realização de entrevistas semiestruturadas; os resultados apontam para existência de múltiplas formas de propostas e metodologias de formação de professores, apesar, de historicamente, a área ter pouco investimento público para essa ação no setor público. Este trabalho nos propiciou a reflexão sobre o ponto de vista teórico-metodológico das práticas de formação docente adotadas pelo Senac, a nos questionar se a instituição tinha uma política de investimento para a formação, como também na responsabilidade por esta atividade junto aos docentes contemplados para participarem das mesmas.

O terceiro trabalho encontrado foi escrito por Diniz (2016). Em sua dissertação de mestrado, intitulada **Crítérios de Qualidade para Formação Docente em Saúde com uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), frente a missão formativa do CEFOPE/RN**, teve por objetivo pesquisar o percurso formativo e a carreira docente na EPT; a metodologia esteve focada no desenvolvimento de pesquisa bibliográfica, documental, experimental e de campo, com destaque para a análise de conteúdo do material coletado; como resultado, apresentou reflexões sobre os processos de formação docente, estes projetados pelo sistema de saúde público no estado do Rio Grande do Norte, sublinhando a ação de instituições como a ETSUS RN e a CEFOPE-RN. Os cursos ofertados pelo CEFOPE-RN eram destinados a servidores do Estado, enquanto, o Senac ofertava cursos ao público pagante em geral.

Com relação ao quarto trabalho, a dissertação de mestrado de Virgem (2016), tem por título **Aprendinsi: metodologia híbrida de ensino e aprendizagem baseada em problemas/projetos e escuta**. Teve por objetivo central o desenvolvimento de competências necessárias para a prática docente e as lacunas existentes no processo de formação; para

alcançar o objetivo foi efetivada pesquisa de campo para traçar o perfil dos docentes e itinerários dos docentes do Curso de Edificações do IFBA/Salvador, e respaldada pela pesquisa bibliográfica sobre o tema; como resultado são apresentadas reflexões sobre a necessidade de oferta de cursos específicos para formação de professores para atuarem na EPT. Com vistas ao desenvolvimento de competências, não basta às instituições formadoras realizarem cursos de curta duração, mas que inaugurem processo efetivo e contínuo de formação docente, ainda que, equivocadamente, aponte a aprendizagem pela experiência como prioridade nas propostas de formação.

Nesta subseção, no que se refere à história da formação docente para Educação Profissional, constatamos que há uma discrepância de números de pesquisa direcionadas a esse campo. De certo modo, apenas quatro trabalhos fazem aporte ao tema da Educação Profissional.

Em se tratando da qualidade dos trabalhos encontrados na pesquisa, podemos considerá-los de grande valia para a pesquisa científica, no entanto isso nos possibilita pensar nos vácuos que nos dão indicações da ausência da valorização da formação docente em Educação Profissional no nosso País, a qual ainda necessita de investimentos, e, sobretudo, de espaços de inserção nas graduações e pós-graduações. Nesse sentido, é possível afirmar que são incipientes as contribuições e que nos apontam para a necessidade de outras buscas para contribuir a nossa pesquisa (RODRIGUES; NASCIMENTO, 2019).

Em uma análise horizontal dos trabalhos pesquisados na Plataforma CAPES, podemos ainda conferir que do ponto de vista teórico-metodológico, destacam-se como referenciais as pesquisas realizadas no campo da Educação Profissional em Saúde, permitindo considerar que há um campo ainda intocado nesse segmento para as futuras pesquisas em formação docente na Educação Profissional, especificamente, àquelas que tenham foco em instituições do Sistema S.

3.2 PESQUISA NO ARQUIVO DO SENAC DEPARTAMENTO NACIONAL

Após a análise do estado do conhecimento, entramos na fase do acesso aos documentos institucionais, a saber, o estudo do Regimento Escolar do Senac/RN, Projeto Político Pedagógico do Senac/RN, disponíveis no site <https://www.rn.senac.br/>. No ano de 2019, realizamos visita ao arquivo do Senac/RN, para conhecermos o ambiente físico e verificarmos a possibilidade de manuseio dos documentos da Diretoria de Educação Profissional (DEP).

Desse modo, constatamos a necessidade de termos acesso a documentos institucionais que se encontravam no Senac Departamento Nacional, no Rio de Janeiro/RJ. Mediante

autorização emitida pela Direção Geral do DN, a pesquisa *in loco* ocorreu no período de 22 a 25 de outubro de 2019.

A documentação consultada foi: o jornal Correio do Senac¹⁸, o Boletim Técnico do Senac¹⁹, o Relatório do Senac RN²⁰. O Relatório Geral²¹, disponível no Senac/DN, no entanto, constavam alguns exemplares na Biblioteca do Senac/RN e que foram consultados posteriormente. Elas foram selecionadas após analisarmos um relatório da biblioteca web²², a luz de expressões²³ como adestramento, formação, formação de instrutor e treinamento. Foram categorias definidas a priori, de acordo a Análise Textual Discursiva, definidas para o norteamento inicial da pesquisa.

O Arquivo do Senac DN está organizado em três ambientes distintos: o primeiro, destinado aos relatórios, planos de ação, material especial (DVDs), material imagético (fotografias, slides e cartazes); o segundo, aos periódicos institucionais e comerciais; e o terceiro com livros não institucionais e livros produzidos pelo Senac (DN e DRs).

A título de visualização dessa espacialidade e organização de acervo, na Figura 6, fizemos o registro fotográfico do espaço onde estão arquivados os Relatórios dos Departamentos Regionais que são de guarda permanente do DN.

¹⁸ Correio do Senac – Período (1948 a 2010)

¹⁹ Boletim Técnico do Senac – Período (1970 a 2010)

²⁰ Relatório do Senac RN – Período (1949 a 1954; décadas 1965/1966; 1975/1976; 1985/1986; 1995/1996)

²¹ Relatório Geral – Período (1994/1995; 2002, 2003, 2004, 2009 e 2010)

²² Relatório de pesquisa na Biblioteca Web (10.2.9.33) – BNWEB 201809.1

²³ Expressões utilizadas nas programações do Senac, porém, quando direcionada aos docentes a denominação utilizada era treinamento, durante décadas. Conforme Santos (2005), treinamento, capacitação foram termos utilizados nos anos de 1970, 1980 e em meados dos anos 1990 receberam novas denominações como formação contínua e ainda formação em serviço, destinados a formação de professores.

Figura 6 - Acervo com Relatórios dos Departamentos Regionais do Senac



Fonte: Registro fotográfico. Autoria própria em 2019

Como podemos observar na Figura 6, há um destaque para organização do acervo e o trato de preservação das memórias dessa aprendizagem para o comércio, quando os documentos estão encadernados e ordenados cronologicamente. Essa disposição do arquivo e da disponibilidade da arquivista em oportunizar o acesso à documentação, proporcionou êxito a presente operação historiográfica.

Os documentos utilizados para o desenvolvimento do nosso trabalho serão a seguir descritos.

“Correio do Senac”, documento composto por duas páginas, inicialmente era um Semanário Informativo denominado “O Senac”, composto por uma página e foi lançado em julho de 1949; produzido pelo Departamento Nacional em parceria com os Departamentos Regionais.

Outro documento foi o Boletim Técnico do Senac (BTS)²⁴. Tivemos acesso à primeira edição datada de novembro de 1969. A título de esclarecimento, vamos encontrar na página da internet que foi lançado em 1974. Trata-se de um meio para a divulgação de ideias inovadoras e debates sobre educação e mercado de trabalho. De edição quadrimestral, traz artigos assinados por especialistas brasileiros e estrangeiros, aborda reflexões relevantes para quem trabalha com

²⁴ O Boletim foi apresentado como meio para oferecer experiências aos estudiosos da formação profissional, dos recursos humanos e da educação para o trabalho, considerando que “a validade da contribuição do Senac à formação profissional para o comércio é atestada pela matrícula crescente em seus cursos; a expansão de sua rede de centros; o intercâmbio mantido com as entidades congêneres, principalmente as do continente; a mobilização de seu pessoal para trabalhos de cooperação técnica, sua participação nos programas integrados de valorização dos recursos humanos e, sobretudo, sua aceitação nas comunidades em que atua” (BOLETIM TÉCNICO DO SENAC, 1969).

educação profissional. No momento da nossa consulta on-line, em novembro de 2019, estavam disponíveis no link www.bts.senac.br os boletins dos anos de 2002 até o presente momento.

O Relatório do Senac/RN é um documento de prestação de contas anual das ações desenvolvidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte. O DN compila as prestações de contas de todos os Departamentos Regionais e emite o Relatório Geral. Estes documentos fundamentam o planejamento anual, é o retificado das ações em cada Estado que dispõe do Senac.

Os relatórios do Senac/RN dos anos de 1949 a 1954 estão no arquivo do DN. Encontrar essa documentação da história do Senac/RN reunida em único lugar foi uma experiência surpreendente no ofício do fazer história da educação profissional. Significou descoberta histórica o ato de pesquisar nos primeiros relatórios do Senac/RN, considerando que estes documentos não constam no arquivo do referido DR. O contato tátil com os documentos, materiais com pouco manuseio, uma história a ser reconstituída. Para Farge (2017), “quem tem o sabor do arquivo procura arrancar um sentido adicional dos fragmentos de frases encontradas; a emoção é um instrumento a mais para polir a pedra do passado, a do silêncio”. Assim, ao lermos atentamente os relatórios, com o foco voltado para o que era dito ou não dito a respeito dos professores/docentes/instrutores²⁵, fomos identificando evidências de como eram denominados na instituição. Havia distinção no uso das diferentes denominações.

Desse modo, percebemos as mudanças na forma dos registros com o passar das décadas. Dos anos de 1949 a 1980, o detalhamento na prestação de contas das ações desenvolvidas pelo Senac/RN foi demonstrado de tal forma que nos sentíamos revivendo o momento ao nos depararmos, com a narrativa escrita. A título de exemplo, tivemos a reação diante da relação nominal dos professores e alguns conhecemos, na condição de colegas de trabalho na instituição *locus* de pesquisa.

Nesta subseção, apresentamos os documentos que foram selecionados para averiguação da nossa pesquisa. Cada um com seus conteúdos específicos. Os documentos estão disponíveis, apenas para o público interno da instituição e mesmo assim com autorização prévia.

²⁵ Nos documentos consultados constava as denominações professor, docente e instrutor. Mas é evidente a predominância do termo instrutor.

3.3 SELEÇÃO DOS DOCUMENTOS, UNITARIZAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO

Do compilado das informações coletadas fizemos a distinção entre o número de documentos que tivemos acesso no arquivo do DN, no Senac/RN e os que foram selecionados abordavam os termos treinamento, formação, formação docente atribuídos as formações destinadas aos instrutores da Instituição que categorizamos como Práticas de Formação Docente Senac. A Tabela 4 é composta pelo número de periódicos selecionados e pesquisados, após triagem, utilizados para pesquisa documental em nossa dissertação.

Tabela 4 - Número de documentos pesquisados nos periódicos

CORREIO SENAC	BOLETIM TÉCNICO SENAC	RELATÓRIOS SENAC RN	RELATÓRIO GERAL SENAC DN
Docs acessados Arquivo Nacional Senac	Docs referencia às Práticas de Formação Docente Senac	Docs referencia às Práticas de Formação Docente Senac	Docs referencia às Práticas de formação Docente Senac
168	06	107	04

Fonte: Elaboração própria em 2020

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram considerados os documentos que referenciavam as práticas de formação para os docentes. Sendo seis do Correio Senac; quatro do Boletim Técnico do Senac; seis Relatórios do Senac RN e quatro Relatório Geral do Senac DN.

Como processo operacional de análise, tratamos de unitarizar as informações coletadas em uma planilha, buscando em cada documento os seguintes elementos: nome do documento, ano, tipo de curso e oferta, curso, objetivos, carga horária, número de alunos por turma, perfil de formação do egresso, metodologia, currículo, princípios norteadores. Para Moraes e Galiazzi (2016), a unitarização de um texto consiste em extrair dados e transformar em unidades elementares, que correspondam a elementos de sentidos, significados importantes para a finalidade da pesquisa, denominadas de unidades de significados que dão suporte para às devidas análises.

Prosseguindo em uma leitura mais detalhada, buscamos aprofundar os sentidos não evidenciados nos blocos dos documentos selecionados, a partir da análise dos documentos por tipo de periódico, em períodos históricos distintos, onde identificamos, nesse momento, três tipos de práticas de formação ofertadas pelo Senac ao seu corpo docente, as quais denominamos

de: Práticas de Formação Inéditas; Práticas de Formação Periódicas e Práticas de Formação Ampliadas/Perenes. Essas práticas de formação e seus diferentes tipos, denominadas e atribuídas como Unidades de Significado colaboraram para o nosso entendimento das atividades de formação em serviço realizadas pela Instituição junto aos seus docentes.

Consideramos as práticas inseridas em um contexto que nos remeteram à compreensão das discussões relacionadas à Educação Profissional e de modo particular as práticas formação em serviço de docentes, fez-se necessário a retomada de alguns aspectos relacionados à sociedade capitalista, a partir da globalização da economia, da reestruturação produtiva mediante os avanços científicos e tecnológicos e da política neoliberal. Este panorama traz implicações para o trabalho docente, como nos adverte Frigotto (2003): são estratégias de subordinação dos processos educativos ao capital e que diferencia a educação ou formação humana para as classes dirigentes e a classe trabalhadora.

Durante a pesquisa documental, a partir da natureza de cada prática formativa, realizamos distinções conceituais entre elas: o conjunto das Práticas de Formação Inéditas foi composto por cursos com foco em temas específicos e direcionados a grupos especializados de docentes. Esses cursos foram ofertados em sua maioria, apenas única vez, formulados por encomenda para atender uma demanda extraordinária. A título de exemplo, a capacitação de professores e consultores do varejo (SENAC, 2008), ou seja, destinado para atender um determinado segmento de atuação do Senac.

Já as Práticas de Formação Periódicas constavam de eventos de formação, cíclicos que foram realizados numa periodicidade regular, seja por semana, por mês, e até por ano. A exemplo da Jornada Pedagógica que ocorria uma vez por ano para discutir o fazer pedagógico dos profissionais que atuavam na instituição.

Com relação às Práticas de formação Ampliadas/Perenes, estas foram compostas por ações consistentes e atreladas à qualificação acadêmica e profissional com elevação de escolaridade dos participantes. Assim, verificamos que há nesse conjunto de práticas, evidências da formulação de uma política institucional de formação docente de abrangência nacional ou regional. A exemplo: o curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional – *Lato sensu* – destinado exclusivamente aos docentes do Senac em todo o País e do Programa de Desenvolvimento de Docentes.

Então, reconstituir a história das práticas de formação contínua em serviço²⁶ para os

²⁶ A formação contínua em serviço tem características específicas, ou seja, é ofertada pela própria instituição, ocorre dentro da jornada de trabalho do docente. É o contraponto com outras instituições que os professores para participarem de formações são afastados das suas atividades.

docentes do Senac significa conhecer como a instituição, ao longo dessas sete décadas, foi exigindo diferentes perfis desse profissional denominado de instrutor.

E, para entender a formação contínua em serviço, trazemos a definição proposta por Santos (2005, p. 69, grifo nosso) de que são:

Práticas de formação que as agências empregadoras levariam a cabo com a necessária reorganização da estrutura do trabalho docente, contemplando tanto a dimensão do ensinar quanto a dimensão do aprender [...] precisa estar contemplado dentro da jornada de trabalho do professor, evitando assim, a responsabilização unicamente dos professores pela continuidade de sua formação (enquanto clientes), tomando para si, enquanto agência responsável pela manutenção e desenvolvimento do ensino, o **compromisso de possibilitar a formação contínua em serviço.**

Desse modo, as práticas de formação docente adotadas pela própria instituição são uma forma de atender as suas necessidades, trazendo para si a responsabilidade de atualizar seus docentes com os procedimentos metodológicos adotadas nos processos de ensino-aprendizagem básicos para a profissão docente.

E a definição exposta por Kuller e Moraes (2016, p. 369), sobre a formação contínua em serviço, consiste no:

Exercício contínuo de planejamento participativo dos projetos e das atividades de aprendizagem; a superação de desafios propostas pelas atividades de pesquisa e transformações realizadas nos projetos; a constante avaliação coletiva dos resultados; a necessária busca de referências e a reflexão que dará sustentação a essas práticas.

Nesta perspectiva, entendemos que o conceito de formação contínua em serviço se adequa ao conjunto de práticas de formação docente organizadas pelo Senac durante os períodos históricos pesquisados. Historicamente, a instituição se responsabilizou pela continuidade da formação dos seus docentes, que não são afastados, até hoje ano 2019, de suas atividades para períodos de estudo. Sendo uma política da instituição defender que, dessa forma, costuma valorizar os docentes e técnicos da educação, dando a eles a importância devida, quando cobram a participação em cursos de formação/atualização. A formação em serviço soa, para a instituição, como uma garantia de que todos poderiam ser contemplados com a formação contínua, conforme suas áreas de atuação.

Quando nos referimos à formação contínua em serviço, a compreendemos com uma possibilidade de formação que tem suas especificidades e que foram adotadas pelo Senac/RN em atendimento as demandas à Instituição. Para Freire (1999, p. 43) “a formação permanente

dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática”. Para Nóvoa (1995, p. 10) “ser professor obriga a opções constantes, que cruzam a nossa maneira de ser com a nossa maneira de ensinar, e que desvendam na nossa maneira de ensinar a maneira de ser”. Isso nos remete a interligação entre o elemento pessoal e profissional. Cabe também destacar os saberes na formação e no desempenho docentes, identificado por Tardif (2002, p. 49) como saberes plurais, existenciais:

[...] no exercício cotidiano de sua função, os condicionantes aparecem relacionados a situações concretas que não são passíveis de definições acabadas e que exigem improvisação e habilidade pessoal, bem como a capacidade de enfrentar situações mais ou menos transitórias e variáveis. Ora, lidar com condicionantes e situações é formador: somente isso permite ao docente desenvolver o *habitus* (isto é, certas disposições adquiridas na e pela prática real), que lhe permitirão justamente enfrentar os condicionantes e imponderáveis da profissão. O *habitus* pode transformar-se num estilo de ensino, em “macetes” da profissão e até mesmo em trações da “personalidade profissional”: eles se manifestam, então, através de um saber-ser e de um saber-fazer pessoais e profissionais validados pelo trabalho cotidiano.

Por outro lado, a discussão ampliada sobre este aspecto, visa supostamente superar o distanciamento da teoria e prática, que, vem caracterizando o fazer pedagógico dos que atuam na Educação Profissional. Assim resultariam práticas pedagógicas que dessem conta dos níveis de complexidades que caracterizam o avanço científico e tecnológico do processo produtivo no mundo atual. Nesta direção, Machado (2008, p. 15) ressalta que:

Superar o histórico de fragmentação, improviso e insuficiência de formação pedagógica que caracteriza a prática de muitos docentes da educação profissional de hoje implica reconhecer que a docência é muito mais que mera transmissão de conhecimentos empíricos ou processo de ensino de conteúdos fragmentados e esvaziados teoricamente.

Isso posto, podemos entender que não basta o professor adotar práticas diferenciadas, é preciso que essas práticas estejam contextualizadas na história da Educação Profissional, no sentido de dar significado aos processos de formação dos professores para atuarem em cursos profissionais para o mundo do trabalho, a partir de uma perspectiva mais abrangente, de tornar o homem consciente da dominação a que está submetido e criar condições de superar os meios e processos de dominação.

4 ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE NO SENAC/RN

Esta seção teve por objetivo analisar como as práticas de formação de docente em serviço correspondiam à qualificação profissional dos docentes no Senac/RN. Para tanto, foram analisados os quadros sinóticos elaborados para esta seção a partir dos documentos pesquisados e que foram contributos para reconstituição da história das práticas de formação docentes em serviço no Senac, com destaque para o período de 1950 a 2010. Esta etapa consiste na elaboração de metatextos analíticos, que “representa um esforço de explicitar a compreensão que se apresenta como produto de uma combinação dos elementos construídos ao longo dos passos anteriores” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 34).

A princípio, consideramos relevante apresentarmos o número de atendimentos de alunos do Regional no período de 1950 a 2010, conforme a tabela 5 a seguir, que demonstrou o aumento da demanda de matrículas nos cursos de formação profissional a partir dos anos 1970, o que, conseqüentemente, implicou na ampliação do corpo docente e no estabelecimento de um maior número de práticas de formação docente em serviço promovidos pela instituição em âmbito nacional e local.

Tabela 5 - Dados de atendimentos de alunos período 1950 a 2010 do Senac/RN

DÉCADA	Nº ATENDIMENTOS DE ALUNOS
1950 a 1960	3822
1961 a 1970	4485
1971 a 1980	63546
1981 a 1990	201499
1991 a 2000	241592
2001 a 2010	239861

Fonte: Elaboração própria em 2020 a partir do Livro 60 Anos Senac/RN – 1948 a 2005 e dos Relatório DN – 2006 a 2010.

Analisando os dados da tabela 5, observamos a curva ascendente dos números de atendimentos do Senac, que nos fez inferir sobre a ligação do crescimento do Senac atrelado ao desenvolvimento de ações integradas a projetos governamentais, considerando que nos anos de 1970 foi realizado o convênio com os ministérios da Educação e do Trabalho, através do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO) e do Departamento Nacional de Mão-de-Obra, programas do governo federal no âmbito da qualificação profissional. Fato que contribuiu para o aumento de docentes no quadro de atuação nas unidades do Senac. Essa relação foi possível, porque, de acordo com Freire (1999, p. 25) “não há docência sem

discência”, dado que o docente é responsável pelo ensino na perspectiva de criar condições e desafiar o discente a aprender, mediado pelo processo ensino-aprendizagem.

Constatamos outro aspecto associado à educação nacional, o crescimento no número de atendimentos de alunos desde a década de 1950 até 2010; sendo que na década de 1970, período da Ditadura Militar e implantação da Lei 5.692/1971, que determinava o ensino profissional compulsório para os cursos de 1º e 2º Graus nas instituições de ensino do País e a deliberação de recursos para efetivação do tecnicismo por meio dos cursos profissionalizantes, no entanto, neste ano, 1971, o Senac suprimiu a oferta do curso Ginásial de Comércio e o de Iniciação Profissional e passou a ministrar cursos em diversas áreas, a título de exemplo: cabeleireiro, barbeiro, manicure para públicos distintos. O quantitativo foi acentuado e intensificou-se nas décadas seguintes. Isso nos levou a indagar sobre os tipos de práticas de formação que a instituição planejou com a finalidade de atender à diferentes cursos profissionalizantes, conforme as demandas da época.

Há que se levar em consideração que o RN, no período de 1949 a 1980, houve um crescimento no setor de serviços, conforme dados apresentados por Araújo (2009, p. 77): “década 1949 – 37,67%; década 1959 – 43,08%; 1970 – 64,82% e na década de 1980 – 52,28”. Sendo assim, o Senac como parte do sistema S, cuja educação é orientada para a aprendizagem de ‘serviços’, compreendemos que o crescimento no número dos atendimentos do Senac/RN, esteve atrelado ao aumento das demandas do setor de serviços durante o período em destaque.

Assim umas das políticas institucionais do Senac/DN, na década de 1970, para a Região Nordeste foi de:

elevar acentuadamente a taxa de crescimento da matrícula, passando a atuar prioritariamente nas áreas de Hospitalização, Hospitalidade e, áreas de Prestação de Serviços. (Administração e Conservação de edifícios, artigos de Vestuário e Armário) e no comércio lojista (JESUS, 1981, p. 224)

O contexto de desenvolvimento do capital de investimentos no estado em áreas de bens e serviços, com a exigência de mão-de-obra humana qualificada para atuar no mercado, levou a necessidade da preparação de instrutores para atuarem nas áreas relacionadas de modo a cumprir o planejamento estabelecido pela Instituição, com foco nos aspectos didático-pedagógicos sustentados no tecnicismo. De acordo com Moura (2014, p. 37, grifo nosso) “**a hegemonia do tecnicismo** fez com que o papel do professor, especialmente no âmbito da educação profissional, fosse de instruir seus alunos quanto à forma mais eficiente e eficaz de realizar com maestria determinada tarefa previamente elaborada por especialistas”.

Nesse sentido, a prática docente ficou imbuída apenas da apropriação de técnicas. Assim, o Senac, na condição de instituição de educação profissional buscou adequar seus currículos e quadros profissionais visando atender tanto às políticas de educação, como aos interesses do mercado e assim não formar o cidadão com uma visão integral, consolidando a concepção tecnicista de educação. Como afirma Costa (2017, p. 30, grifo nosso), “educar como princípio norteador para o mundo do trabalho não foi a proposta da educação desse tempo (1960 a 1970), porque se isso fosse, teria formado o homem de modo integral e não adestrado para executar apenas as tarefas técnicas”. Mas, há de se admitir o poder do Senac de atualização constante em função de sua sobrevivência no contexto educacional brasileiro durante mais de sete décadas.

Em reflexo do aumento da demanda de discentes e cursos, apresentamos a tabela 6 que demonstra mudanças no quantitativo de docentes no Senac/RN em alguns anos e a quantidade de docentes com vínculo de efetivos e docentes prestadores de serviços.

Tabela 6 - Quantidade de docentes por ano no Senac/RN

ANO	Nº DOCENTES EFETIVOS	Nº DOCENTES PRESTADORES DE SERVIÇOS	ANO	Nº DOCENTES EFETIVOS	Nº DOCENTES PRESTADORES DE SERVIÇOS
1965	00	22	2000	62	346
1966	07	06	2001	61	346
1975	04	30	2002	52	315
1976	03	60	2003	362	000
1985	19	262	2004	434	000
1994	38	85	2005	000	000
1995	50	32	2006	392	000
-	-	-	2007	420	000
-	-	-	2008	442	000
-	-	-	2009	442	000
-	-	-	2010	681	000

Fonte: Elaboração própria em 2020 a partir dos Relatórios do Senac/RN e Relatórios do Senac/DN

Como podemos observar na tabela 6, no ano de 1965 e 1966 ocorreu um aumento e uma redução, no total de docentes, de 22 para 13 docentes, respectivamente. Em 1975 e 1976 ocorreu o inverso de 34 para 63. No ano de 1985 foram contabilizados 281 docentes. Quanto ao ano de 1994, quando foi constatado um total de 123 professores e em 1995 este número reduziu para 82. De 2000 a 2010, houve o aumento na quantidade de docentes, sendo que, no registro, havia o docente na condição de efetivo e o docente como prestadores de serviço.

Associando esses dados quantitativos, tem-se uma distinção profissional, considerando

que o docente com o vínculo efetivo tem as garantias dos direitos conforme a CLT, enquanto o docente prestador de serviços tem apenas um contrato por horas trabalhadas, esta situação nos remete a afirmação de Kuenzer (2011, p. 677):

O trabalho docente, sob a égide do capitalismo não escapa à lógica da acumulação do capital, direta ou indiretamente, pela compra da força de trabalho do professor e pela natureza de seu trabalho, que contraditoriamente forma sujeitos que atenderão às demandas do trabalho capitalista, cuja inclusão depende do disciplinamento para o qual a escola contribui.

Esta lógica induziu à análise de que a grande rotatividade dos docentes, provavelmente estivesse relacionada ao quantitativo de prestadores de serviço²⁷ entre os docentes. Mas também nos levou a inferir que poderia ser uma estratégia da instituição a não vinculação ao quadro de pessoal destes profissionais. De modo que, também, não participavam de todas práticas de formação que eram direcionadas aos docentes. Outro aspecto que transpareceu na tabela 6, a partir do ano de 2003, como já mencionado a divisão entre os tipos de professores não foi mais registrada nos relatórios, mas isso não significou que os docentes passaram a ser vinculados à instituição de forma permanente.

Estas informações referentes ao número de docentes do Senac/RN foram base para o exercício do cruzamento das fontes, análise orientada por quesitos de datação, tipo de prática formativa, objetivos, periodização/carga horária e público/abrangência, aspectos fundantes no processo de identificação das práticas de formação do período histórico estudado.

Ressaltamos que, nos documentos encontrados em arquivos, existia uma preocupação presente sobre a missão de educar. A esse respeito, no Correio do Senac, publicação das décadas 1950/1960, trazia o seguinte texto: “[...] o professor deve estar seguro de sua missão e preparado para educar, no mais alto e mais completo sentido do termo” (A MISSÃO..., 1950, p. 2). Essa citação revela que durante a década de 1950, o Senac se preocupava com o “preparo” dos docentes para atuar nos cursos técnicos. Preparação que ficava sob a responsabilidade da instituição.

Havia a diretriz institucional de que o educador deveria focar na formação técnica, mas também na formação humana, no sentido que os alunos estivessem prontos para contribuir com a riqueza da pátria por meio do incremento do comércio. Observamos por sua vez, o objetivo da ação do educador presente no documento, estava centrado na formação humana, na perspectiva de fazer o bem, melhorar o Brasil, cooperando para riqueza comum, a ordem e a

²⁷ São os instrutores sem vínculo empregatício com a Instituição exercendo a função de docente.

felicidade coletiva (A MISSÃO..., 1950).

Nesse sentido, não bastava “[...] esmerar a técnica do aprendizado; cumpre também, burilar o moral desses valores [...]”, (PINTO, 1950, p. 6). Como nos adverte Medeiros Neta e Ciavatta (2020, p. 17), neste período “a educação deveria ir além da formação de bons hábitos, devia inculcar o culto à nacionalidade, à disciplina, à saúde, ao trabalho, à moral dos costumes”. Assim, a tarefa do docente do Senac era ministrar a instrução, com o objetivo de contribuir, para que o aluno tivesse consciência sobre sua importância para a sociedade brasileira, na condição de patriota, preparado para o comércio e o bem da coletividade (PINTO, 1950).

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO EM SERVIÇO DE DOCENTES DO SENAC

As categorias práticas de formação inéditas, práticas de formação periódicas e práticas de formação ampliadas/perenes foram produzidas a partir dos documentos analisados, por apresentarem naturezas diferenciadas, considerando como unidades de significado o ano de realização, os objetivos de cada curso, a periodização carga/horária e o público/abrangência.

O conjunto dessas práticas de formação docentes, ao longo de sete décadas, foram articuladas em atendimento a legislação da educação vigente e as demandas oriundas do mercado de trabalho, e em todos os períodos históricos pesquisados foram vivenciadas em serviço.

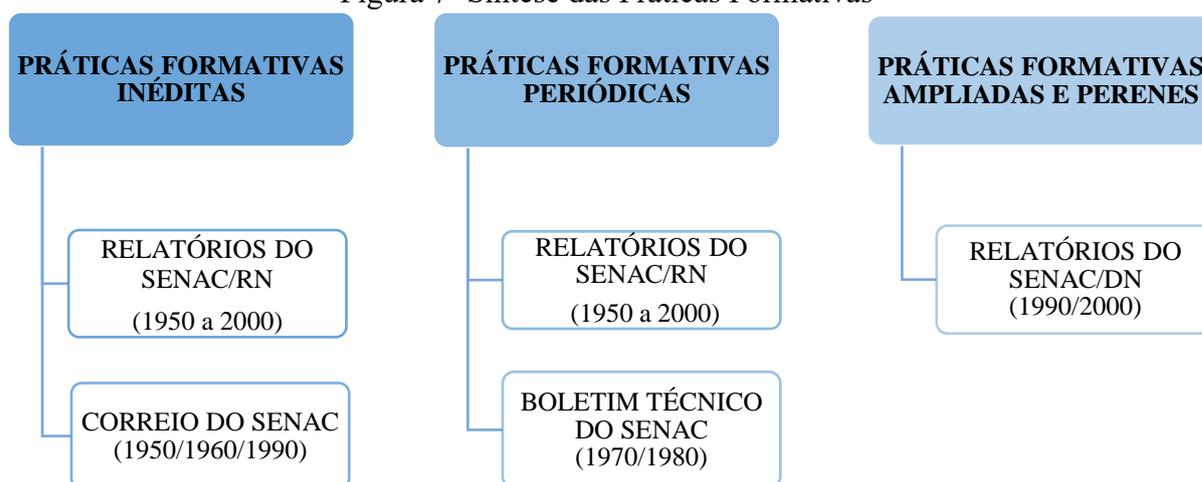
São características das práticas de formação inéditas, os cursos organizados pelo Senac com o objetivo de preparar um reduzido número de professores para atuarem em cursos profissionalizantes ofertados uma única vez, mediante demanda específica do mercado; as práticas de formação periódicas, englobam cursos de formação docente ofertados de forma sazonal para um grupo específico de professores, com o objetivo de atuarem em cursos profissionalizantes esporádicos, ofertados semestralmente ou anualmente; as práticas de formação ampliadas foram as iniciativas mais recentes que se caracterizaram como qualificação profissional atrelada à titulação acadêmica em pós-graduação, processo formativo irrestrito, aberto aos professores interessados na atualização profissional.

Constatamos evidências das práticas de formação inéditas no documento Correio do Senac, no Boletim Técnico do Senac e nos Relatórios do Senac/RN; as práticas de formação periódicas ficaram evidentes no Boletim Técnico do Senac e no Relatórios do Senac/RN; e as práticas de formação ampliadas/perenes foram identificadas no Relatório do Senac/DN. A seguir apresentamos o detalhamento da análise documental.

4.2 ANÁLISE DOCUMENTAL E AS EVIDÊNCIAS DAS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTES – SENAC/RN

A partir da pesquisa documental e análise sob o referencial da ATD, categorizamos as práticas de formação docente em três grupos, levando em conta a natureza de cada uma delas. A figura 7 representa um esquema sintético das práticas formativas, considerando os documentos pesquisados para o nosso trabalho e que serão expostas nas subseções seguintes.

Figura 7- Síntese das Práticas Formativas



Fonte: Elaboração própria em 2021

4.2.1 As práticas de formação inéditas no Correio do Senac

A análise documental evidenciou a presença de práticas de formação inéditas no Correio Senac, nas edições publicadas durante anos das décadas 1950/1960/1990. No Quadro 3, temos o registro das práticas de formação inéditas constantes no periódico.

Quadro 3 - Evidências das Práticas de Formação Inéditas no Correio do Senac

ANO	PRÁTICA DE FORMAÇÃO	OBJETIVO(S)	PERIODIZAÇÃO/ CARGA HORÁRIA	PÚBLICO/ ABRANGÊNCIA
1955	Curso de Seleção e Orientação Profissional	Aprimorar o corpo social e seus processos de trabalho	Ausência da informação no documento	Orientadores Pedagógicos; Orientadores Profissionais; Orientadores Educacionais
1957	Formação de Instrutores de Vendas e Vitrinismo	Acompanhar tecnicamente as diretrizes do Senac	Ausência da informação no documento	Instrutores
1960	Curso de Vitrinismo	Ausência da informação no documento	Ausência da informação no documento	Instrutor
1990	Treinamento em Editex e curso de Editor de texto	Ausência da informação no documento	Ausência da informação no documento	Instrutor

Fonte: Elaboração própria em 2020, a partir do Correio do Senac

Em relação ao quadro 3, salientamos que, durante as décadas de 1950/1960/1990, as edições do Correio do Senac evidenciaram Práticas de Formação Inéditas pela oferta de cursos específicos para um determinado grupo de instrutores e técnicos, a exemplo do Curso para Orientadores Pedagógicos, Orientadores Profissionais e Orientadores Educacionais; do Curso de Venda e Vitrinismo; e do Treinamento em Editex e Curso de Editor de Texto. Em conformidade a citação de Curso para Orientadores Pedagógicos, Profissionais e Educacionais para formar técnicos para as regionais, com o objetivo de aprimorar “[...] o corpo social e dos seus processos de trabalho” (DEPARTAMENTO NACIONAL, 1955, p. 2).

Há evidências também da atuação e assessoria de formadores provenientes de outros países, a exemplo da visita técnica de especialistas europeus, com objetivo de socialização/atualização das ideias modernas de organização do comércio. A formação profissional para o comércio deveria ser adequada às condições técnicas do mundo moderno. Tal atuação está presente em relato sobre o professor R. G. Magnus Hannaford, diretor do College for the Distributive Trades, de Londres, em oportunidade de assessoria técnica sobre a temática, trouxeram os “planos e diretrizes para a criação das Lojas-Modelo e Lojas-Escolas, iniciativa pioneira no Brasil” (FORMAÇÃO DE INSTRUTORES, 1957, p. 8). Destacamos também o pioneirismo do russo Léon Walther e seu assistente Pierre Weil, que ministraram ciclos formativos aos primeiros orientadores profissionais do SENAC (PRESIDENTES..., 1961).

As práticas de formação elencadas no quadro 3, remeteu-nos a Moura (2008), que advertia para o fato das formações e capacitações direcionadas aos professores terem apenas o foco nas técnicas de didáticas de transmissões de conteúdos e para os dirigentes somente as técnicas de gestão, tudo isso em decorrência do modelo de desenvolvimento econômico.

Em suma, no Correio do Senac há evidência da realização de Práticas de formação Inéditas, com lacunas quanto às categorias de análise: objetivos e a periodização/carga horária, conforme sinalizado no quadro 3. Esta constatação nos levou a inferir que se trata de cursos que tiveram apenas uma edição. Quanto às práticas de formação periódicas e ampliadas/perenes não foram citadas por ausência delas nos documentos analisados.

4.2.2 As práticas de formação periódicas e das práticas de formação inéditas nos Relatórios do Senac/RN

Quanto às informações selecionadas nos Relatórios do Senac/RN, referentes as décadas de 1950/1960/1970/1980/1990/2000, organizamos dois quadros, considerando as evidências da realização de Práticas de Formação Periódicas e a Práticas de Formação Inéditas, respectivamente conforme os quadros 4 e 5.

Quadro 4 - Evidências das Práticas de Formação Periódicas nos Relatórios do Senac/RN

ANO	PRÁTICA DE FORMAÇÃO	OBJETIVO(S)	PERIODIZAÇÃO/ CARGA HORÁRIA	PÚBLICO/ ABRANGÊNCIA
1953	IV Semana de Orientação Técnico Pedagógica	Ausência da informação no documento	Anual	14 professores
1965	Reuniões de Orientação para elaboração de Planos de Curso	Organizar conjuntamente os planos de curso e articulação com as disciplinas/matérias	Anual	Professores. Disciplinas Técnicas
1984	Reuniões pedagógicas para planejamento, acompanhamento, avaliação, observação em sala de aula	Planejar, acompanhar, avaliar e observar	Mensal	Instrutores e Coordenadores
1996	Grupo de Estudos com Instrutores	Reciclar conhecimentos	Mensal	Supervisores e Coordenadores
2003	Capacitação Docente	Planejar, mediar e avaliar	Anual - 24h	Docentes 53
2003	Folia Pedagógica	Propiciar a revisão	Anual - 24h	60 participantes

		crítica da prática pedagógica		Docentes e Técnicos
2007	Jornada Pedagógica	Ressignificar o PPP do Senac	Anual - 16h	150 participantes
2007	Curso Didática da Formação Docente	Promover aperfeiçoamento docente	Anual - 40h	91 participantes
2008	Curso Didática da Formação Docente	Promover aperfeiçoamento docente	Anual - 40h	57 participantes
2008	Jornada Pedagógica	Discutir sobre formação continuada	Anual - 13h	Equipe Pedagógica e Docentes

Fonte: Elaboração própria em 2020, a partir dos Relatórios do Senac/RN

Sobre o quadro 4, ficou evidente a diversidade das Práticas de Formação Periódicas quanto ao formato de reuniões, de jornadas, de cursos e de grupos de estudos; como também da carga horária, público e período de execução: mensal, semestral, anual. Estas práticas estão presentes nas décadas de 1950 a 2000.

As Jornadas Pedagógicas e os Cursos de Didática de Formação Docente apresentaram maior participação de público, no entanto, podemos inferir que nem todos os docentes participaram das formações, uma vez que, no ano de 2003, constava em relatório (SENAC, 2004) um total de 362 professores e, destes, apenas 113 participaram; no ano de 2007 dos 420 docentes 241, participaram de formação ofertada pela Instituição. Esse número de professores participantes aumentava quando o Senac executava algum projeto governamental, seja em esfera federal, estadual e/ou municipal, a exemplo de ciclos de formação para compreender o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), em 1995 e o Plano Nacional de Qualificação, em 2003.

No que diz respeito às categorias de análises das Práticas de formação Periódicas: ano, prática formativa, objetivos, periodização/carga horária e público/abrangência estão contempladas nos periódicos analisados, ofertados a partir dos anos 1950 no Senac. Em referência ao evento IV semana de Orientação Técnico Pedagógica, em 1953, inexistiu a descrição sobre o objetivo, assim como a informação sobre a periodização/carga horária, mas especificamente a carga horária, de quatro eventos relacionados no quadro 5, mesmo sendo destacado que foram realizados.

Outro bloco de documentos analisado foi o integrado pelos Relatórios do Senac/RN, publicações referentes a anos das décadas 1970 e 2000, apresenta registro da realização de Práticas de Formação Inéditas, visíveis pela oferta de cursos específicos/especializados, com o

objetivo de aperfeiçoar e atualizar em um ou mais aspectos e funcionais da ocupação dos docentes, dos servidores e de técnicos da Instituição. Intenção explicitada no quadro 5, a seguir:

Quadro 5- Evidências das Práticas de formação Inéditas nos Relatórios do Senac/RN

ANO	PRÁTICA DE FORMAÇÃO	OBJETIVO(S)	PERIODIZAÇÃO/ CARGA HORÁRIA	PÚBLICO/ ABRANGÊNCIA
1975	Seminário Grid Gerencial	Ausência da informação no documento	Ausência da informação no documento	3 instrutores e 11 servidores
1975	Curso de treinamento em elaboração de currículos	treinar na elaboração de currículos	Ausência da informação no documento	1 instrutor
1975	Curso de Atualização Técnica	compreender a Reforma de Ensino promulgada pela Lei nº. 5692/71	Ausência da informação no documento	1 Orientadora Pedagógica
1975	Seminário de Legislação Trabalhista	Ausência da informação no documento	Ausência da informação no documento	1 instrutor
1975	Treinamento em Planejamento Global de Ensino	Ausência da informação no documento	Ausência da informação no documento	1 Orientadora Educacional
2008	Capacitação de Professores e Consultores do Varejo	Ausência da informação no documento	Ausência da informação no documento	11 participantes
2008	Curso de Atualização Técnica para docentes da área de imagem	Ausência da informação no documento	Ausência da informação no documento	16 participantes
2008	Curso Teacher Recycling Cycle para professores de idiomas	Ausência da informação no documento	Ausência da informação no documento	36 participantes
2008	Oficina de Itinerário Formativo na área de informática	Elaborar o Itinerário Formativo na área de informática	24h	35 participantes. Docentes e Técnicos do Senac/RN.

Fonte: Elaboração própria em 2020, a partir dos Relatórios do Senac/RN

Constavam em Relatório do Senac/RN os registros de Práticas de Formação Inéditas entre os anos de 1975 e 2008. Tais práticas abrangiam poucos participantes e direcionadas para os docentes das áreas de imagem pessoal, idiomas e informática. Constatamos ainda, uma diversidade na nomenclatura das categorias funcionais na Instituição, os trabalhadores ora são denominados servidores, técnicos, funcionários, colaboradores. Vale destacar na atualidade, de 2020, a denominação de um profissional integrante do corpo docente do Senac que,

historicamente, recebe a titulação funcional de instrutor desde a criação da Instituição. O instrutor do Senac tem por característica a experiência profissional concepção do “notório saber”, exerce uma ocupação no mercado de trabalho que está relacionada com os conteúdos da disciplina que ministra aos alunos, atendendo as necessidades do mercado, mas sem a formação didático-pedagógica da função do professor.

Neste documento, quanto às evidências da realização de Práticas de formação Inéditas relacionando as categorias de análises – ano, prática formativa, objetivos, periodização/carga horária e público/abrangência – registramos a ausência de informações nas categorias periodização/carga horária e o objetivo – por ausência da informação no documento – de algumas práticas elencadas, no entanto, considerando o público a que era destinado, inferimos que se tratava de aperfeiçoamento de aspectos técnicos.

Nos relatórios do Senac/RN, não apresentam evidências de Práticas de formação Ampliadas/Perenes, visto que a instituição direcionava para atender demandas imediatas e a curto prazo. Desse modo, as formações inéditas e periódicas foram suficientes para desenvolvimento de suas atividades didático-pedagógicas.

4.2.3 As práticas de formação periódicas no Boletim Técnico do Senac

Advindas dos acervos Senac/DN, analisamos também edições do Boletim Técnico do Senac (BTS), publicações de anos das décadas de 1970/1980. O BTS é uma revista com publicação quadrimestral e busca promover a pesquisa sobre a realidade humana e sua relação com a Educação e o Trabalho. A sua importância para o Senac consiste na divulgação de conhecimento científico, de forma gratuita, para propiciar uma maior democratização do conhecimento.

Nos exemplares do Boletim Técnico do Senac, conseguimos localizar informações sobre as formações direcionadas para os instrutores que atuaram no Senac e as exigências que eram demandadas aos mesmos. No ano de 1975, o Senac adotou o modelo integrado de planejamento o que resultou no I Plano Nacional de Ação do Senac – I PNAS com validade para o triênio 1976/1978. A partir deste documento, ficou estabelecido o escopo político-filosófico-operacional dos treinamentos para o corpo docente.

Para os instrutores das Unidades Móveis que se deslocavam para atuar no interior do Estado, além da responsabilidade de ministrar as aulas tinham que realizar outras atividades,

tais como: divulgação e informação profissional, responsabilizando-se pelo recrutamento²⁸, seleção e acompanhamento da clientela, como elencado por Muniz (1975). Sendo assim, submetiam aos instrutores múltiplas atribuições, incluindo dedicação especial à atividade docente, mas para tanto era necessário treinamento e acompanhamento contínuos.

Tais atribuições, além da formação profissional levam os instrutores do Senac a ter uma atuação bastante especial, ou seja, executar outras atividades além das inerentes ao fazer pedagógico. Para Muniz (1975, p. 143):

[...] sua tarefa extrapola o simples instruir para colocar-se a serviço da educação em seu sentido mais amplo. [...] o instrutor deve ter uma flexibilidade de atuação e uma adequabilidade de formação muito grandes, que resultam, não raro, na necessidade de um desempenho polivalente.

Também identificamos nos Boletins Técnicos do Senac informações e as sintetizamos no quadro 6, sobre as evidências de práticas de formação inéditas e periódicas. Estas práticas nos levaram a fazer a inferência de unidades de sentidos a partir das categorias objetivos e periodização/carga horária.

Quadro 6 - Evidências das Práticas de Formação Periódicas nos Boletins Técnicos do Senac

ANO	PRÁTICA DE FORMAÇÃO	OBJETIVO(S)	PERIODIZAÇÃO/ CARGA HORÁRIA	PÚBLICO/ ABRANGÊNCIA
1976 a 1978	Ambientação e Integração ao Sistema de Formação Profissional SENAC	facilitar a relação equipe técnica e instrutores para analisar e discutir temas	36h a 40h	25 participantes - Instrutores e Técnicos
	Formação de Instrutores	preparar instrutores no desenvolvimento de atividades de planejamento, operacionalização e avaliação das ações da formação profissional	80h e 160h	18 participantes - Instrutores
	Aperfeiçoamento em conteúdos específicos da profissão	aperfeiçoar e atualizar os instrutores em um ou mais aspectos técnicos e	40h, 48h, 80h e 96h	18 participantes - Instrutores e Técnicos

²⁸ Recrutamento foi um termo utilizado nos anos de 1970, no sentido de atrair pessoas (clientela) para serem alunos dos cursos.

		funcionais da ocupação		
	Aperfeiçoamento em conteúdos didáticos-pedagógicos	aperfeiçoar e atualizar os instrutores em um ou mais aspectos técnicos e funcionais da ocupação	40h	12 participantes - Instrutores e Técnicos
	Formação de Multiplicadores	preparar multiplicadores da técnica de microensino	48h	16 participantes

Fonte: Elaboração própria em 2020, a partir do Boletim Técnico do Senac

Essas práticas de formação contínua em serviço constituíam um programa de cursos elaborados pela Direção Nacional do Senac/DN, a partir dos resultados de um estudo para conhecer os instrutores que atuavam na instituição em todo o Brasil, tendo por período de execução o triênio 1976/1978. Sob a responsabilidade dos Departamentos Regionais e realização em conformidade com suas demandas, essas práticas de formação foram compostas pelos seguintes cursos, a princípio:

O curso sobre **Ambientação e Integração ao Sistema de Formação Profissional SENAC**, tinha por objetivo facilitar a relação equipe técnica e instrutores, partindo da análise e discussão de temas relacionados à sociedade, à formação profissional, às características da instituição, ao papel do instrutor no Sistema Senac e clientela (JESUS, 1981, p. 233, grifo nosso).

Podemos observar que o curso era destinado a docentes ou técnicos para atuarem na Instituição. Entendemos que se tratava de uma prática formativa periódica, ou seja, por ocorrer de forma semanal, mensal ou anual e com carga horária definida a priori. No entanto, as interrogações foram emergindo à medida que nos inquietávamos diante das lacunas existentes nas documentações quanto a metodologia, os materiais de suporte e os responsáveis pelo acompanhamento do curso.

Ainda, “O **curso Formação de Instrutores** objetivava preparar instrutores no desenvolvimento de atividades de planejamento, operacionalização e avaliação das ações da formação profissional” (JESUS, 1981, p. 234, grifo nosso).

Para efetivação deste curso, o Senac contou com a parceria do Banco Internacional para

Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)²⁹ e Ministério da Educação por meio do Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR) de São Paulo, para realização nas jurisdições das Diretorias Regionais do Sul, Sudeste e Nordeste. Segundo Jesus (1981, p. 235), os conteúdos abordavam desde o:

papel do instrutor no contexto do Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra; o papel profissional do instrutor no sistema SENAC; o processo de formação profissional desenvolvido pelo SENAC, a partir de dados conceituais; estabelecimento de indicadores para a elaboração da programação de ensino; conhecimento, habilidades e atitudes referentes às características de um cargo; definição de objetivos específicos para a situação ensino/aprendizagem; redação de objetivos instrucionais; caracterização de métodos e técnicas pedagógicas; seleção de métodos e técnicas para a programação das situações de ensino; seleção dos meios audiovisuais; operacionalização das situações de ensino; avaliação das situações de ensino.

Dessa forma, os participantes eram levados a discutir desde o seu papel na instituição até os conceitos, atitudes e procedimentos das atividades didático-pedagógicas a serem colocadas em prática. No documento consultado, constatamos que houve diferença de carga horária executada entre as regiões, ou seja, para o Sul e Sudeste a carga horária foi maior do que a do Nordeste.

Contamos também com o “**curso de Aperfeiçoamento em Conteúdos Específicos da Profissão**, previa aperfeiçoar e atualizar os instrutores em um ou mais aspectos técnicos e funcionais da ocupação” (JESUS, 1981, p. 235, grifo nosso).

Este curso tratava de uma formação docente em serviço que demandava o deslocamento do instrutor dado a característica de realização em locais específicos, por exemplo nos Hotéis Escola do SENAC de Grogotá-Barbacena, MG e Águas de São Pedro-SP. Entendemos ter sido contemplados na área de Turismo, à época, e hoje Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer. Notamos que o “**curso Aperfeiçoamento em Conteúdos Didáticos-pedagógicos**, traz por objetivo aperfeiçoar e atualizar os instrutores em um ou mais aspectos técnicos e funcionais da ocupação” (JESUS, 1981, p. 236, grifo nosso).

²⁹ Historicamente há a indução e influência dos organismos internacionais na orientação da educação brasileira. Esses direcionamentos políticos e econômicos nas políticas educacionais têm se intensificado com o advento do neoliberalismo e da globalização.

É um tipo de curso que, de acordo com Jesus (1981, p. 14, grifo nosso):

[...] dá ‘instrumentos’ para utilização imediata ao **instrutor**, podendo em casos raros, chegar a ser **adestramento**, na cobertura de uma necessidade emergente. Neste particular, o instrutor participa com o seu posicionamento crítico em todas as fases do treinamento, evitando-se assim a sua manipulação pela metodologia.

Aproximamos, o aspecto do adestramento como uma referência ao caráter de instrumentalização dessas formações que apresentavam finalidades específicas. Esse aspecto não era um caso raro no contexto do ensino profissionalizante no Sistema S, conforme Frigotto (2003, p. 143) “toda a política de formação profissional e técnica desde os anos 40 vinha vinculada com a perspectiva do adestramento”. O Senac como instituição de educação profissional, também agia dessa forma, visto que desenvolvia as suas atividades em atendimento as exigências iminentes do mercado de trabalho.

Frisamos a oferta do

Curso Formação de Multiplicadores que tinha por objetivo preparar multiplicadores da técnica de microensino, tendo como base o desenvolvimento de habilidades técnicas para o ensino e foco no gerenciamento do tempo para administrar conteúdos com maior aproveitamento na aprendizagem. Esta foi uma prática formativa inédita (JESUS, 1981, p. 237, grifo nosso).

No conjunto da oferta de cursos de formação inéditos e direcionados a públicos específicos – entre 1976 e 1978 –, foi possível captar que a política do Senac visava treinar o corpo docente e técnicos para o atendimento de possíveis lacunas destes profissionais no desenvolvimento de novas atividades ou proposta de novos cursos, para atender a demandas imediatas do mercado de trabalho. Para tanto, foi criado um programa de formações específicas, com variedade de carga horária, atribuindo flexibilidade e dinamicidade a essas práticas de formação.

Percebemos que, por se tratar de um Boletim Institucional as ações eram apresentadas como executadas e/ou a executar pelos Departamentos Regionais no formato de relatório ou divulgação de atividades realizadas e em estado de efetivação pelas unidades de ensino profissional.

Na educação profissional, é demandado do docente conhecimentos específicos da sua área técnica de atuação, de saberes básicos da docência, contudo, para não ser um mero executor de atividades em atendimento as exigências do mercado de trabalho, o docente precisa refletir

sobre o desafio da sua contribuição na formação de sujeitos não apenas competentes tecnicamente, mas com visão de mundo, de ser humano, de sociedade. A sua atuação deve ser pautada, como afirma Moura (2014, p. 36): “na perspectiva da transformação social, um intelectual que domine seu campo científico específico, os saberes inerentes ao ato de ensinar e tenha o comprometimento ético-político com a classe trabalhadora a qual ele pertence”. Ou seja, sua prática deve ser consistente, fundamentada e crítica.

A partir da análise categorial dos documentos, observamos que o programa proposto pelo Senac, nesse período histórico, evidencia a presença de Práticas de formação Inéditas e Periódicas durante o triênio 1976/1978, conforme foram registradas no relatório do Senac/RN. Documentos respaldados pela concepção economicista da educação e nos pressupostos da pedagogia tecnicista, estando em plena em sintonia com as necessidades do modelo de produção taylorista.

4.2.4 As práticas de formação Ampliadas/Perenes nos Relatórios do Senac/DN

Quanto aos registros documentais selecionados nos Relatórios do Senac/DN – Décadas 1990/2000 – constatamos informações de Práticas de formação Ampliadas/Perenes, conforme Figura 19. Por se tratar de um relatório com abrangência nacional, em alguns momentos temos informações que atendem as categorias estabelecidas neste trabalho e em outros não. Contudo, consideramos que isto não interfere em nossa pesquisa, devido ser comum a nacionalização dos projetos e programas por parte do Senac DN, considerando as devidas adequações realizadas pelas unidades regionais.

Quadro 7 - Evidências das Práticas de formação Ampliadas/Perenes nos Relatórios do Senac DN

ANO	PRÁTICA DE FORMAÇÃO	OBJETIVO(S)	PERIODIZAÇÃO/ CARGA HORÁRIA	PÚBLICO/ ABRANGÊNCIA
1990 a 19??	Projeto Linha Direta	Ausência da informação no documento	Ausência da informação no documento	Instrutores
2000 a 2003	Competências Básicas	Ausência da informação no documento	40h	Instrutores
2004 a 2007	Plano Nacional de Desenvolvimento de Docentes	Desenvolver competências didático-pedagógicas de planejar, mediar, avaliar.	80h	837 Instrutores
2010 a 2016	Especialização em Docência para a Educação Profissional	Promover o desenvolvimento de docentes aptos a agir de forma plena e inovadora nas suas respectivas especialidades e com competências gerais.	470h	1.536 Instrutores

Fonte: Elaboração própria em 2020, a partir dos Relatórios do Senac/DN

Em se tratando do Projeto Linha Direta, convém a assertiva de que a prática de formação docente adotada como uma nova estratégia institucional, a partir de 1990, teve como lançamento este projeto alinhado à formação do Instrutor, ações compostas de publicações que abordavam o Senac, o mundo do trabalho e a atividade pedagógica. Tratava-se de periódico direcionado à leitura e estudo dos instrutores de todo o Brasil. Cordão e Moraes (2017, p. 162) ressaltam que:

O docente deve ser capaz de trabalhar intelectual e operativamente a partir da realidade da prática social do trabalhador e de seus desafios profissionais, nos âmbitos da sua vida pessoal e social, tanto como professor, na educação formal, quanto como instrutor ou similar.

No ano 2000, foi elaborado o Programa de Desenvolvimento de Docentes – competências básicas para os professores, com o objetivo de propiciar a participação do docente nas discussões sobre as mudanças ocorridas na proposta pedagógica do Senac e suas

implicações para o trabalho docente, as atividades propostas deveriam ser ministradas pela modalidade EAD. Então, competiu ao Departamento Regional, no caso Senac/RN, optar pela execução do programa.

No ano 2004, foi elaborado o Plano Nacional de Desenvolvimento de Docentes, com o objetivo de desenvolver as competências didático-pedagógicas de planejar, mediar, avaliar procedimentos metodológicos adequados ao trabalho com jovens de baixa renda e de baixa escolaridade. Ao mesmo tempo, desenvolver profissionais para atuar como multiplicadores da capacitação pedagógica dos agentes de educação profissional da instituição Senac como um todo. Por meio desse Plano, foram capacitados 837 docentes de 18 regionais Senac (SENAC, 2005), inclusive do RN, no entanto não localizamos a quantidade dos participantes do RN.

No ano 2010, teve início a realização do Curso de Especialização em Docência para Educação Profissional, com carga horária total de 470h, com 22 meses de duração, destinado exclusivamente para os docentes e os supervisores pedagógicos³⁰ do Senac em todo o País.

As primeiras turmas foram ofertadas pelo Centro Nacional de Educação a Distância, do DN e teve a participação de 1.536 instrutores cursistas. A partir de 2014 o referido curso passou a ser ofertado pelo Centro Universitário Santo Amaro, do Senac São Paulo - CAS, via Rede Senac EAD, com a carga horária reduzida para 360h. A meta era qualificar 7.400 docentes e supervisores. Nos documentos consultados, não consta o prazo final para o atendimento desta meta, mas fica subentendido o ano de 2020. O curso foi executado pela modalidade EAD, porém com determinadas atividades presenciais em cada DR ofertante.

Para a organização do curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, o Senac/DN adotou por referência a Resolução CNE/CEB, nº 6/2012, na qual estavam definidas as orientações provisórias e válidas até 2020, em título específico destinado à formação docente. Para tanto, foi considerado o Inciso I do 2º parágrafo que diz: excepcionalmente, na forma de pós-graduação lato sensu, de caráter pedagógico sendo o trabalho de conclusão de curso, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente (BRASIL, 2012).

Ao ofertar este curso, o Senac buscava garantir a qualidade da ação docente, orientado pelo princípio da ação-reflexão-ação, considerando, inclusive, a necessidade de contratação de um número elevado desses profissionais para fazer frente às demandas do:

³⁰ Os supervisores pedagógicos, são fundamentais para apoiar os processos de mudança propiciadas pelo curso no fazer pedagógico dos docentes, foram incluídos como público-alvo após solicitações dos Departamentos Regionais.

Programa Senac de Gratuidade (PSG)³¹, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), da inclusão dos Serviços Nacionais de Aprendizagem no Sistema Federal de Ensino. [...] Aos graduados em efetivo exercício de docência, o Senac oferece o curso específico para Formação em Docência na Educação Profissional. Como alternativa, podem ter reconhecidos seus saberes profissionais por meio de processos destinados à formação pedagógica ou à certificação da experiência docente (SENAC, 2014, p. 10, 21).

A propósito, o curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional foi ofertado durante o período de 6 anos consecutivos, entre os anos de 2010 e 2016, com ação formativa explícita e decisão institucional de qualificação profissional e acadêmica. Para a execução do referido curso, cada Departamento Regional tinha a atribuição de indicar os docentes e supervisores pedagógicos participantes, como também da coordenação local e dos tutores responsáveis pelo acompanhamento dos alunos. Inferimos que esta prática formativa docente como a mais perene da história do Senac Nacional. O regional Senac/RN teve 135 participantes, destes 75 foram aprovados, 38 evadidos, 5 reprovados e 17 desligados da Instituição. Estes aspectos poderão ser tratados em futuras pesquisas.

Dessa forma, compreendemos que as Práticas de formação Ampliadas/Perenes evidenciaram uma nova postura da instituição em relação à natureza das iniciativas de formação docente, ampliando a abrangência do público a ser alcançado e a possibilidade de qualificação aliada a titulação acadêmica dos participantes.

Outrossim, pontuamos que esta nova postura de formação docente adotada pelo Senac era decorrente dos avanços na legislação educacional, dadas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, uma vez que os aspectos socioeconômicos, em nível internacional e no Brasil. Consequentemente, o modo como o trabalho se organiza norteia o modelo pedagógico do Senac desde a sua criação. Desse modo, a instituição transitou do modo de produção capitalista, taylorista/fordista, marcado pela divisão do trabalho e a dicotomia entre os que pensam e os que executam; ao modo de produção flexível marcado pelas inovações tecnológicas, em que o mercado de trabalho passou a exigir um trabalhador polivalente, flexível, criativo, crítico. Este trabalhador também é o docente que recebeu a exigência de atualizar suas práticas pedagógicas, mediante as formações em serviço.

No documento, Relatório DN, ficou evidenciada a predominância de Práticas de

³¹ A gratuidade existe desde a criação no Senac em 1946 e foi ampliado, após proposta do Ministério da Educação, durante a realização da primeira Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Em 22 de julho de 2008, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) firmou o **Protocolo de Compromisso para a Gratuidade**.

formação Ampliadas/Perenes, porque a abrangência/participação foi bem maior em comparação com os outros tipos de práticas de formação efetivadas pelo Senac Nacional e Senac Regional; perenes, no sentido de buscarem uma estabilização dessas iniciativas de formação num período mais longo da instituição e um número maior de oferta dos cursos.

Ainda no Relatório DN, as categorias de análises – ano, prática formativa, objetivos, periodização e público/abrangência – apresentam ausência da informação quanto aos objetivos de duas práticas e da periodização/carga horária de uma prática de formação.

Em suma, compreendemos que o conjunto dessas práticas de formação, em períodos históricos diferentes, foram sendo criadas e de forma concomitante existiram no seio das intenções pedagógicas do Senac, para viabilizar a atuação dos professores na execução das programações educacionais disponibilizadas pela Instituição para a população em geral.

Dessa forma, a investigação revelou que houve um esforço significativo da instituição para, ao longo desses setenta anos, realizar atualizações constantes das práticas de formação destinadas aos seus professores, as quais foram organizadas, a princípio, por meio de ação localizada; que, depois, passaram pela necessidade de periodização e, mais recentemente, ampliou-se em relação a sua abrangência e qualificação dos docentes, na busca pela adequação a um determinado tempo/contexto e assim atender as configurações do trabalho e preparar um trabalhador para atender as exigências da sociedade vigente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que ora concluímos buscou reconstituir parte da história da formação de docentes no Senac/RN, no período compreendido entre as décadas de 1950 a 2010. Foram assim, sete décadas de práticas, na medida do possível e em conformidade com o objetivo do trabalho, minuciosamente investigadas, tomadas como um objeto de estudo, demarcado por intensas interrogações e que teve como marcos históricos, o período da instalação do Senac no RN e a oferta do curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional.

As informações compiladas neste trabalho foram passíveis de comprovação através de constantes buscas às fontes documentais e arquivísticas presentes nos diversos materiais de trabalho da própria instituição, lugar onde tivemos a oportunidade de, durante 25 anos, desenvolver a função de coordenadora pedagógica. Nosso objetivo balizador nessa empreitada, foi reconstituir a história das práticas de formação contínua em serviço para docentes do Senac/RN, no período de 1950 a 2010; buscando, de modo específico, compreender o percurso histórico do Senac/RN no contexto da educação profissional brasileira; identificar as práticas de formação contínua em serviço para os docentes na Educação Profissional do Senac/RN; e por fim, analisar como essas práticas de formação docente foram institucionalizadas pelo Senac/RN.

No percurso da escrita, elegemos como metáfora do processo redacional, os sinais de pontuação. Por isso, as considerações finais têm o sentido de ponto e vírgula, ou seja, de uma pausa mais longa, trabalho este que é um ponto para outras histórias a serem desveladas, mas aqui, agora, faz-se necessário pontuar o que, em síntese, conseguimos alcançar no processo de reconstituir uma história com um olhar de um ator social que da instituição fez parte e, por isso, pretende que a essa história deva ser dada uma continuidade, possibilitando desvelar novos elementos para a historiografia das instituições educativas, instituições de formação profissional.

Ficou evidente que, desde a década de 1950, o Senac/RN contava com docentes no seu quadro funcional, com vínculo empregatício efetivo, ou seja, com todos os direitos assegurados pela Legislação Trabalhista ou na condição de prestadores de serviços, maioria, que recebiam pelas horas contratadas. A despeito disso, o número dos prestadores de serviços era bem mais expressivo, conforme foi constatado nos períodos pesquisados, característica marcante da instituição na contratação dos profissionais que atuavam como docentes.

Para a reconstrução da história da formação docente no Senac/RN, valemo-nos dos registros em documentos institucionais, os quais nos deram evidências de ações que foram

desenvolvidas junto aos docentes. Foi na década de 1950 que constatamos o início dos registros da participação dos docentes em eventos de práticas de formação.

No decorrer da pesquisa, estabelecemos como categorias de análises – ano, práticas de formação, objetivos, periodização/carga horária e público/abrangência – que evidenciaram tipos de práticas de formação, cujas características categorizamos de práticas de formação inéditas, no sentido de que acontecia uma única vez para atenderem uma demanda específica; de formações periódicas que aconteciam com uma determinada frequência; e as práticas de formação ampliadas/perenes que tinham por características um maior número de docentes participantes e proporcionavam qualificação profissional e acadêmica.

O Senac, por princípio organizacional e estratégico, buscou, desde sua criação, acompanhar as inovações teórico-metodológicas decorrentes das mudanças econômicas e das políticas educacionais, de modo a atender às demandas dos setores produtivos, ou seja, ao capital e ao capitalismo, visto que é da sua natureza institucional a lógica mercadológica, optando pela oferta de uma formação voltada para a classe trabalhadora. Para isso, o objetivo da ação do docente, segundo as diretrizes do Senac, era a manutenção da ordem, a riqueza da pátria, o incremento do comércio, o burilar da moral e da disciplina.

Dado a importância do papel do professor em uma instituição de educação e de modo específico em educação profissional, é necessário investir na formação deste profissional que pode conduzir os alunos em práticas de ensino e de aprendizagens sob a ótica de uma formação humana integral ou direcionadas para uma formação apenas técnica.

Constatamos durante a investigação que as mudanças do mercado de trabalho demandavam novos cursos e instrutores especializados, seja para execução de treinamentos para seus pares e/ou para os alunos. Este aspecto nos conduz ao entendimento que a adoção de práticas de formação docente foi a alternativa possível do Senac. Apesar disso, as práticas de formação não contemplavam todos os docentes da instituição e principalmente os denominados prestadores de serviços, por isso faz-se necessária uma averiguação junto aos docentes e gestores, por meio da realização de pesquisa de campo, composta de entrevistas, utilização de questionário, cujo procedimento metodológico não constou nesta pesquisa da dissertação de mestrado.

Foram identificadas as práticas de formação docentes promovidas pelo Senac sejam de qualquer natureza, as quais ocorriam e ocorrem em serviço, por meios de reuniões pedagógicas para planejamento, acompanhamento, avaliação, observação em sala de aula; os grupos de estudo com instrutores; a jornada pedagógica; o curso de atualização técnica para docentes da área de imagem pessoal. São práticas de formação que nos revelam o reforço histórico do

dualismo na educação brasileira, concepção tecnicista de educação, em atendimento às demandas de mercado, mediante a mudança do paradigma taylorista/fordista para o paradigma de produção flexível.

Ainda a título de conclusão, destacamos que a análise documental nos trouxe a evidência de que ocorreu uma predominância das práticas de formação inéditas e periódicas até os anos 1980, identificadas nos documentos Correio do Senac, Relatórios do Senac/RN, Boletim Técnico do Senac e que, a partir de 1990, a instituição passou a investir também em práticas de formação ampliadas/perenes, presentes nos Relatórios do Senac/DN. O contexto que favoreceu a isso foram as mudanças econômicas e as políticas educacionais da sociedade brasileira, ou seja, as demandas externas exigiam uma decisão de política interna à instituição de educação profissional septuagenária no Brasil, conhecida pela sigla Senac.

As práticas formativas inéditas e periódicas, ampliadas/perenes estão interligadas e aconteciam simultaneamente. As duas primeiras apresentam uma certa aproximação com o caráter de adestramento, treinamento no sentido de instrumentalizar para uma técnica de finalidade específica. Com estas práticas, o Senac tinha por finalidade atualizar e aprofundar conhecimentos como requisito adequado do trabalho dado aos avanços nos conhecimentos, às mudanças das tecnologias, aos rearranjos dos processos produtivos e suas repercussões sociais.

Diante do exposto, nossa pretensão é prosseguir nesse processo investigativo, de forma verticalizada no doutorado, abordando especificamente a Especialização em Docência para a Educação Profissional e sua repercussão na atuação profissional dos docentes egressos contemplados com o curso.

REFERÊNCIAS

A MISSÃO do professor de curso comercial básico. **Correio do Senac**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 27, p. 2. 16 jan. 1950.

ARAÚJO, Denilson da Silva. **Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)**. 2009. 329 p. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285704>. Acesso em: 13 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.728, de 16 de março de 2006**. Aprova alterações no Regulamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), aprovado pelo Decreto nº 61.843, de 5 de dezembro de 1967. 2006. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5728-16-marco-2006-541473-norma-pe.html>. Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.633, de 5 de novembro de 2008**. Altera e acresce dispositivos ao Regulamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, aprovado pelo Decreto nº 61.843, de 5 de dezembro de 1967. 2008. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6633-5-novembro-2008-583188-norma-pe.html>. Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 61.843, de 5 de dezembro de 1967**. Aprova o regulamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e determina as competências do Departamento Nacional. 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-61843-5-dezembro-1967-402916-norma-pe.html>. Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946**. 1946. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8622-10-janeiro-1946-416558-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20aprendizagem%20dos,aprendizagem%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em: 10 maio 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.622, de 10 de janeiro de 1946**. Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8622.htm#:~:text=DECRETO%20DLEI%20No%208.622,10%20DE%20JANEIRO%20DE%201946.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20aprendizagem%20dos,aprendizagem%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 10 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, [...] para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos da educação profissional e tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111741.htm. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm. Acesso em: 10 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. 1961. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 10 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 de maio de 2020.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Tradução Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CIAVATTA Franco, Maria. O Mundo do Trabalho em Imagens: Memória, História e Fotografia. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 33-46, jan./abr. 2012.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco de. **Educação Profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2017.

COSTA, Antonio Max Ferreira da. **Ensino técnico profissionalizante no Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira: uma análise histórica das práticas pedagógicas (1974-1985).** 2017. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, Natal, 2017. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1402>. Acesso em: 15 abr. 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2005.

DEPARTAMENTO Nacional. **Correio do Senac**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 145, p. 2, 15 mar. 1955.

DINIZ, Renata Galvão. **Critérios de Qualidade para Formação Docente em Saúde com uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), frente a missão**

formativa do CEFOP/RN. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

ENGUITA, Mariano Fernandes. Tecnologia e sociedade: a ideologia da racionalidade técnica, a organização do trabalho e a educação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 39-52, jan./jun. 1988.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FORMAÇÃO de instrutores de vendas e vitrinismo. **Correio do Senac**, Rio de Janeiro, n. 215, p. 8, 1957.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (org). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JESUS, Sérgio de. Capacitação de instrutores no Senac. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 223-272, set/dez 1981.

KUENZER, Acacia Zeneida. A formação de professores para o Ensino Médio: velhos problemas, novos desafios. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 32, n. 116, set. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 set. 2019.

KÜLLER, José Antonio; MORAES, Francisco de. **Currículos Integrados no Ensino Médio e na Educação Profissional: desafios, experiências e propostas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2016

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a Educação Profissional. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, jun. 2008.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARINHO, Gabrielle Silva. **Educação profissional no sistema “S”**: avaliação dos programas educacionais em Fortaleza-CE. 116 f. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MEREIROS NETA, Olívia de Moraes. CIAVATTA, Maria. **Fontes para a História da**

Educação Profissional: Boletim CBAI. João Pessoa: Ideia, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva.** 3. ed. rev. e ampl. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

MOROSINI, Marília Costa. FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p.154-164, jul./ dez. 2014.

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, DF, v. 8, n. 1, p.23-37, jun. 2008.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e Educação Profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. *In:* MOURA, Dante Henrique (org.). **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo:** desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, Henrique Dante. **Trabalho e Formação Docente na Educação Profissional.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção Formação Pedagógica, v. 3).

MUNIZ, Maria José Tavares de Paiva. Cipro: atuação articulada com os instrutores das unidades móveis. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 143-147, set./dez. 1975.

NÓVOA, António. **Vidas de professores.** 2. ed. Porto: Porto,1995.

PINTO, Adelino da Câmara. Tarefa do professor do Senac. **Correio do Senac**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 6, 1950.

PRESIDENTES e iretores do Senac. **Correio do Senac**, Rio de Janeiro, ano 12, n. 215, p. 4-5, jan. 1961.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências:** autonomia ou adaptação? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RÉGNIER NETTO, Roberto Carlos; CUNHA, Oliver Gomes da. **Formando profissionais para o comércio e serviços.** Rio de Janeiro: Senac Departamento Nacional, 1987.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira:** a organização escolar. 14. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

RODRIGUES, Joventina Firmina; NASCIMENTO, José Mateus. Estado do conhecimento sobre a história da formação docente para educação profissional. *In:* ENCONTRO INTERNACIONAL TRABALHO E PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES, 1., 2019, Fortaleza. **Anais [...].** Fortaleza: [s. n.], 2019. p. 1563- 1575. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENZ, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SANTOS, Valdeci Luiz Fontoura dos. **Formação contínua em serviço**: construção de um conceito a partir do estudo de um programa desenvolvido no município de Andradina - SP. 2005. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/90201>. Acesso em: 11 jan. 2021.

SAVIANI, Demerval. Instituições escolares no Brasil: conceitos e reconstrução histórica. *In*: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al.* (org.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados: Histedbr; Sorocaba: Uniso; Ponta Grossa: UEPG, 2007.

SENAC. **Boletim Técnico**. Departamento Nacional: Rio de Janeiro, 1969. n. 1.

SENAC. **Concepções e Princípios**. Rio de Janeiro: Senac. Departamento Nacional, 2015.

SENAC. **Conhecendo o Senac**. Rio de Janeiro: Senac, Departamento Nacional, 2019. PDF. (Transparência & Unicidade). Disponível em: <https://www.saber.senac.br/#/course/686>. Acesso em: 6 nov. 2019.

SENAC. **Diretrizes Educação Profissional do Senac**. Rio de Janeiro: Senac Departamento Nacional, 2014.

SENAC. **Legislação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Senac Departamento Nacional, 2018a.

SENAC. **Projeto Político Pedagógico Senac RN**. Natal: Senac/RN, 2018b.

SENAC. **Regimento Escolar Senac RN**. Natal: Senac/RN, 2018c.

SENAC. **Relatório geral do Senac**: 1994. Rio de Janeiro: Senac Departamento Nacional, 1995.

SENAC. **Relatório geral**: 1995. Rio de Janeiro: Senac Departamento Nacional, 1996.

SENAC. **Relatório geral**: 2002. Rio de Janeiro: Senac Departamento Nacional, 2003.

SENAC. **Relatório geral**: 2003. Rio de Janeiro: Senac Departamento Nacional, 2004.

SENAC. **Relatório geral**: 2004. Rio de Janeiro: Senac Departamento Nacional, 2005.

SENAC. **Relatório geral**: 2010. Rio de Janeiro: Senac Departamento Nacional, 2011.

SENAC. **Relatório Senac RN**. Natal: Senac/RN, 1949.

SENAC. **Relatório Senac RN**. Natal: Senac/RN, 1954.

SENAC. **Relatório Senac RN**. Natal: Senac/RN, 2008.

SENAC. **Resolução Senac n.º 1036/2015, de 19 de novembro de 2015**. Institui Regulamento para disciplinar a integração do Senac ao Sistema Federal de Ensino, na condição de mantenedor, com autonomia para a criação de unidades educacionais e a oferta de cursos e programas de educação profissional e tecnológica, nos termos da Lei n.º 12.513, de 26.10.2011, alterada pela Lei n.º 12.816, de 5.6.2013, revogando a Resolução Senac 999/2014. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.crr6-rs.org.br/files/uploads/resolucao-senac-1036-2015-1-.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SENAC. **Senac 60 anos**. Natal: Senac/RN, 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TORREZ, Milta Neide Freire Barron. **Políticas de formação docente para a educação profissional técnica na área de saúde, na perspectiva da reforma sanitária**. 2014. 194 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

VIRGEM. Lígia Alvares Mata. **Aprendinsi: metodologia híbrida de ensino e aprendizagem baseada em problemas / projetos e escuta ativa para formação docente em educação profissional e tecnológica**. 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2016.

Documento Digitalizado Público

DISSERTAÇÃO OFICIAL JOVENTINA FIRMINA RODRIGUES

Assunto: DISSERTAÇÃO OFICIAL JOVENTINA FIRMINA RODRIGUES
Assinado por: Jose Mateus
Tipo do Documento: Trabalho Acadêmico
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Jose Mateus do Nascimento, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 02/05/2022 21:22:03.

Este documento foi armazenado no SUAP em 02/05/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1056974

Código de Autenticação: daae97c9f8

